Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 7

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012 17

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 37

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 94

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 96

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 97

Motivos de Reapresentação 98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	163.910.000
Preferenciais	0
Total	163.910.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.545.106	2.051.338
1.01	Ativo Circulante	565.515	235.243
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	272	729
1.01.02	Aplicações Financeiras	514.511	19.958
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	514.511	19.958
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	514.511	19.958
1.01.03	Contas a Receber	29.774	24.332
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29.774	24.332
1.01.03.02.02	Partes relacionadas	29.774	24.332
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.160	17.245
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.160	17.245
1.01.07	Despesas Antecipadas	84	24
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.714	172.955
1.01.08.03	Outros	2.714	172.955
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	1.042	934
1.01.08.03.02	Outros	1.672	1.486
1.01.08.03.03	Títulos e valores mobiliários	0	170.535
1.02	Ativo Não Circulante	1.979.591	1.816.095
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	316.069	280.098
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	314.411	278.499
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	314.411	278.499
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.658	1.599
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.658	1.599
1.02.02	Investimentos	1.570.271	1.451.347
1.02.02.01	Participações Societárias	1.564.585	1.445.591
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.505.906	1.349.257
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	58.678	96.333
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.686	5.756
1.02.03	Imobilizado	1.764	1.688
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.764	1.688
1.02.04	Intangível	91.487	82.962
1.02.04.01	Intangíveis	91.487	82.962
1.02.04.01.02	Projetos em desenvolvimento	83.005	74.488
1.02.04.01.03	Ágio na aquisição de ações	8.157	8.157
1.02.04.01.04	Outros	325	317

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.545.106	2.051.338
2.01	Passivo Circulante	151.336	221.691
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.041	1.302
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.041	1.302
2.01.01.02.01	Salário, férias e encargos sociais	1.041	1.302
2.01.02	Fornecedores	2.897	2.091
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.897	2.091
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.166	1.605
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.166	1.592
2.01.03.01.02	IRRF	0	75
2.01.03.01.03	PIS	195	270
2.01.03.01.04	COFINS	900	1.244
2.01.03.01.05	INSS	3	3
2.01.03.01.06	OUTROS	68	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	13
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.339	168.978
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.360	85.610
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.360	85.610
2.01.04.02	Debêntures	92.811	83.174
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	168	194
2.01.05	Outras Obrigações	47.893	47.715
2.01.05.02	Outros	47.893	47.715
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	47.553	47.553
2.01.05.02.04	Outras obrigações	340	162
2.02	Passivo Não Circulante	741.960	296.514
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	740.302	294.915
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	49.726	54.792
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	49.726	54.792
2.02.01.02	Debêntures	690.382	239.857
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	194	266
2.02.04	Provisões	1.658	1.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.658	1.599
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.658	1.599
2.03	Patrimônio Líquido	1.651.810	1.533.133
2.03.01	Capital Social Realizado	804.001	804.001
2.03.02	Reservas de Capital	84.946	84.946
2.03.02.07	Outras reservas	84.946	84.946
2.03.04	Reservas de Lucros	644.186	644.186
2.03.04.01	Reserva Legal	32.639	32.639
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	611.547	611.547
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	118.677	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.097	136.621	47.574	105.765
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.791	-13.415	-7.029	-11.911
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25	85	-3.353	103
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.095	-1.095	-18	-21
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.958	151.046	57.974	117.594
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.097	136.621	47.574	105.765
3.06	Resultado Financeiro	-8.974	-17.944	-6.634	-12.355
3.06.01	Receitas Financeiras	8.286	14.205	10.497	20.319
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.260	-32.149	-17.131	-32.674
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	55.123	118.677	40.940	93.410
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.123	118.677	40.940	93.410
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	55.123	118.677	40.940	93.410
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33630	0,72404	0,24977	0,56989

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	55.123	118.677	40.940	93.410
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.123	118.677	40.940	93.410

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.954	-16.146
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.345	-12.069
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.677	93.410
6.01.01.02	Depreciação e amortização	277	237
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-151.046	-117.594
6.01.01.04	Variações monetárias e cambiais líquidas	30.146	31.489
6.01.01.05	Baixa do Ativo imobilizado e intangível	53	133
6.01.01.06	Receita de aplicações financeiras	-10.452	-19.744
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	391	-4.077
6.01.02.01	Impostos a recuperar	1.633	-1.930
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-108	-853
6.01.02.03	Outros ativos	-246	116
6.01.02.04	Fornecedores	806	-547
6.01.02.05	Salários, férias e encargos sociais	-261	-629
6.01.02.06	Contribuições e impostos a recolher	-439	-1.216
6.01.02.07	Outros passivos	-994	982
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-296.455	220.027
6.02.01	Aporte de capital em controladas	-50.977	-67.212
6.02.02	Dividendos e JCP recebidos	77.019	155.438
6.02.03	Aplicações no imobilizado	-356	0
6.02.04	Aplicações no intangível	-8.575	-9.639
6.02.05	Resgate de investimentos (aplicações financeiras)	319.874	588.775
6.02.06	Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	-633.440	-447.335
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	307.952	-208.440
6.03.01	Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	449.408	13.944
6.03.02	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-105.543	-57.751
6.03.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-35.913	-116.862
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	0	-47.771
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-457	-4.559
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	729	4.608
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	272	49

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.001	84.946	644.186	0	0	1.533.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	84.946	644.186	0	0	1.533.133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.677	0	118.677
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.677	0	118.677
5.07	Saldos Finais	804.001	84.946	644.186	118.677	0	1.651.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.001	0	501.212	0	0	1.305.213
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	0	501.212	0	0	1.305.213
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86.821	0	0	0	86.821
5.04.08	Ágio em Transações de capital	0	86.821	0	0	0	86.821
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.410	0	93.410
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.410	0	93.410
5.07	Saldos Finais	804.001	86.821	501.212	93.410	0	1.485.444

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	85	103
7.01.02	Outras Receitas	85	103
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.892	-3.028
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.892	-3.028
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.807	-2.925
7.04	Retenções	-277	-236
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-277	-236
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.084	-3.161
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	165.251	137.913
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	151.046	117.594
7.06.02	Receitas Financeiras	14.205	20.319
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	162.167	134.752
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	162.167	134.752
7.08.01	Pessoal	7.862	6.783
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.764	5.747
7.08.01.02	Benefícios	632	617
7.08.01.03	F.G.T.S.	466	419
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.636	1.548
7.08.02.01	Federais	2.552	1.502
7.08.02.02	Estaduais	35	21
7.08.02.03	Municipais	49	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.992	33.011
7.08.03.01	Juros	30.858	32.315
7.08.03.02	Aluguéis	843	337
7.08.03.03	Outras	1.291	359
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	118.677	93.410
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.677	93.410

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	7.107.827	6.410.723
1.01	Ativo Circulante	1.931.815	1.500.212
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.279	26.543
1.01.02	Aplicações Financeiras	589.499	152.545
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	589.499	152.545
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	589.499	152.545
1.01.03	Contas a Receber	1.195.081	1.042.822
1.01.03.01	Clientes	123.001	119.865
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.072.080	922.957
1.01.03.02.01	Ativo financeiro da concessão	1.015.662	880.725
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	56.418	42.232
1.01.04	Estoques	21.657	21.441
1.01.06	Tributos a Recuperar	65.291	59.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	65.291	59.370
1.01.07	Despesas Antecipadas	637	941
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.371	196.550
1.01.08.03	Outros	25.371	196.550
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos judiciais	416	302
1.01.08.03.02	Outros ativos	24.955	18.281
1.01.08.03.03	Titulos e valores mobiliários	0	177.967
1.02	Ativo Não Circulante	5.176.012	4.910.511
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.259.867	3.160.261
1.02.01.03	Contas a Receber	3.119.034	3.025.272
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.119.034	3.025.272
1.02.01.06	Tributos Diferidos	222	228
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	222	228
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	140.611	134.761
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	91.958	87.762
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	6.655	6.862
1.02.01.09.05	Outros ativos	17.069	7.967
1.02.01.09.06	Tributos a compensar longo prazo	24.929	32.170
1.02.02	Investimentos	5.687	5.756
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.687	5.756
1.02.03	Imobilizado	1.779.699	1.631.325
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.273.531	1.251.123
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	506.168	380.202
1.02.04	Intangível	130.759	113.169
1.02.04.01	Intangíveis	130.759	113.169
1.02.04.01.02	Desenvolvimento de projetos	84.672	75.380
1.02.04.01.03	Ágio na aquisição de ações	24.202	24.557
1.02.04.01.04	Outros	21.885	13.232

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	7.107.827	6.410.723
2.01	Passivo Circulante	1.046.483	918.682
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.918	8.967
2.01.02	Fornecedores	90.471	57.606
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90.471	57.606
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.826	84.193
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.689	79.863
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	64.317	64.873
2.01.03.01.02	PIS	1.338	1.400
2.01.03.01.03	COFINS	4.909	5.418
2.01.03.01.04	INSS	1.116	2.422
2.01.03.01.05	OUTROS	2.009	5.750
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.137	4.330
2.01.03.02.01	ICMS	4.137	4.330
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	660.111	581.601
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	256.121	356.227
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	253.152	353.441
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.969	2.786
2.01.04.02	Debêntures	403.781	225.143
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	209	231
2.01.05	Outras Obrigações	159.537	122.816
2.01.05.02	Outros	159.537	122.816
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	85.664	78.942
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares e setoriais	28.123	25.843
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	45.750	18.031
2.01.06	Provisões	49.620	63.499
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38	48
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38	34
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	14
2.01.06.02	Outras Provisões	49.582	63.451
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.946	10.072
2.01.06.02.04	Provisões para constituição de ativos	39.636	53.379
2.02	Passivo Não Circulante	3.003.119	2.678.720
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.556.659	2.253.323
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.442.783	1.393.759
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.430.529	1.381.076
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.254	12.683
2.02.01.02	Debêntures	1.113.682	859.298
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	194	266
2.02.02	Outras Obrigações	73.785	86.687
2.02.02.02	Outros	73.785	86.687
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19.470	16.575
2.02.02.02.03	Adiantamento de clientes	2.520	18.271
2.02.02.02.04	Outras obrigações	51.795	51.841
2.02.03	Tributos Diferidos	367.138	332.793
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	367.138	332.793

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	5.537	5.917
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.537	5.917
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.370	3.057
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	334	799
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	796	24
2.02.04.01.05	Provisões Fundiárias	2.037	2.037
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.058.225	2.813.321
2.03.01	Capital Social Realizado	804.001	804.001
2.03.02	Reservas de Capital	84.946	84.946
2.03.04	Reservas de Lucros	644.186	644.186
2.03.04.01	Reserva Legal	32.639	32.639
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	611.547	611.547
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	118.677	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.406.415	1.280.188

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	325.260	621.511	291.328	584.717
3.01.01	Sistemas de transmissão de energia	302.186	577.020	272.608	552.607
3.01.02	Sistemas de geração de energia	43.557	85.358	36.488	67.034
3.01.03	Deduções da receita bruta	-20.483	-40.867	-17.768	-34.924
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.140	-137.742	-94.763	-186.442
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-15.731	-32.122	-17.442	-32.906
3.02.02	Energia comprada para revenda	-15.897	-21.415	-12.115	-32.652
3.02.03	Custo de infraestrutura	-44.338	-68.094	-63.454	-116.809
3.02.04	Depreciação	-8.174	-16.111	-1.752	-4.075
3.03	Resultado Bruto	241.120	483.769	196.565	398.275
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.316	-50.492	-28.602	-41.274
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.920	-46.822	-23.086	-38.261
3.04.02.01	Pessoal	-7.367	-14.354	-9.254	-15.164
3.04.02.02	Honorários da diretoria e administração	-5.750	-8.991	-2.862	-5.162
3.04.02.03	Outras despesas gerais e administrativas	-11.803	-23.477	-10.970	-17.935
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	93	-3.429	122
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.425	-3.763	-2.087	-3.135
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	213.804	433.277	167.963	357.001
3.06	Resultado Financeiro	-55.707	-110.068	-47.531	-81.975
3.06.01	Receitas Financeiras	11.576	22.033	22.887	36.860
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.283	-132.101	-70.418	-118.835
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	158.097	323.209	120.432	275.026
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.390	-52.969	-31.392	-64.217
3.08.01	Corrente	-16.278	-39.331	-18.107	-36.966
3.08.02	Diferido	-13.112	-13.638	-13.285	-27.251
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	128.707	270.240	89.040	210.809
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	128.707	270.240	89.040	210.809
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.123	118.677	40.940	93.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	73.584	151.563	48.100	117.399
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	128.707	270.240	89.040	210.809
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	128.707	270.240	89.040	210.809
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	55.123	118.677	40.940	93.410
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	73.584	151.563	48.100	117.399

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	299.090	108.049
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	462.070	386.236
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	323.209	275.026
6.01.01.02	Variações monetárias e cambiais líquidas	137.041	129.585
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado e intangível	197	697
6.01.01.04	Depreciação e amortização	16.411	5.943
6.01.01.05	Receita de aplicações financeiras	-14.788	-25.015
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-162.980	-278.187
6.01.02.01	Contas a receber concessionárias e permissionárias	-526	-6.406
6.01.02.02	Ativo financeiro da concessão	-110.345	-127.296
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.051	-12.270
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	-13.516	-6.485
6.01.02.05	Estoques	1.700	-1.197
6.01.02.06	Outros ativos circulantes e não circulantes	-10.963	-85.111
6.01.02.07	Fornecedores	28.626	-4.190
6.01.02.08	Taxas regulamentares e setoriais	736	1.407
6.01.02.09	Salários, férias e encargos sociais	-179	-424
6.01.02.10	Contribuições e impostos a pagar	-57.248	-57.190
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	786	20.975
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-417.253	-94.230
6.02.02	Resgate de investimentos (aplicações financeiras)	596.686	1.483.481
6.02.03	Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	-835.743	-1.409.822
6.02.04	Caixa adquirido em transação de capital	54	0
6.02.05	Aplicações no imobilizado	-167.464	-158.564
6.02.06	Aplicações no intangível	-10.786	-9.325
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	125.899	-63.235
6.03.01	Integralização de capital	-2.012	16.469
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	5.248	12.024
6.03.03	Pagamento de dividendos e JCP	-81.259	-204.217
6.03.04	Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	638.475	715.440
6.03.05	Amortização e pagamento dos juros s/ empréstimos	-434.553	-602.951
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.736	-49.416
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.543	63.889
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.279	14.473

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	804.001	84.946	644.186	0	0	1.533.133	1.280.188	2.813.321
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	84.946	644.186	0	0	1.533.133	1.280.188	2.813.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-25.336	-25.336
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	972	972
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-76.415	-76.415
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-12.474	-12.474
5.04.08	Variação na participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	62.581	62.581
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.677	0	118.677	151.563	270.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.677	0	118.677	151.563	270.240
5.07	Saldos Finais	804.001	84.946	644.186	118.677	0	1.651.810	1.406.415	3.058.225

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	804.001	0	501.212	0	0	1.305.213	1.086.465	2.391.678
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	0	501.212	0	0	1.305.213	1.086.465	2.391.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86.821	0	0	0	86.821	10.821	97.642
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-90.188	-90.188
5.04.08	Ágio em transações de capital	0	86.821	0	0	0	86.821	0	86.821
5.04.09	Variação na participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	101.009	101.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.410	0	93.410	117.399	210.809
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.410	0	93.410	117.399	210.809
5.07	Saldos Finais	804.001	86.821	501.212	93.410	0	1.485.444	1.214.685	2.700.129

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	662.478	619.763
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	594.284	502.833
7.01.02	Outras Receitas	100	122
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	68.094	116.808
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.904	-184.894
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-89.510	-116.808
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.394	-68.086
7.03	Valor Adicionado Bruto	530.574	434.869
7.04	Retenções	-16.348	-5.893
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.348	-5.893
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	514.226	428.976
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.020	48.287
7.06.02	Receitas Financeiras	22.020	48.287
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	536.246	477.263
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	536.246	477.263
7.08.01	Pessoal	26.459	23.299
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.605	18.793
7.08.01.02	Benefícios	3.238	3.326
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.616	1.180
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	103.650	109.609
7.08.02.01	Federais	102.918	108.265
7.08.02.02	Estaduais	641	1.291
7.08.02.03	Municipais	91	53
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	135.897	133.546
7.08.03.01	Juros	126.809	123.231
7.08.03.02	Aluguéis	3.780	2.773
7.08.03.03	Outras	5.308	7.542
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	270.240	210.809
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.677	93.410
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	151.563	117.399

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho – 2T12

Principais destaques:

- **Receita Bruta Ajustada atinge R$ 301,4 milhões no 2T12, 22,7% superior aos R$ 245,6 milhões registrados no 2T11; No Acumulado dos primeiros seis meses de 2012, a Receita Bruta Ajustada atingiu R$ 594,3 milhões, 18,2% superior aos R$ 502,8 milhões acumulado no mesmo período de 2011.**

- **EBITDA atinge R$ 222,0 milhões no 2T12, 30,8% superior aos R$ 169,7 milhões registrados no 2T11; No Acumulado dos primeiros seis meses de 2012, o EBITDA atingiu R$ 449,4 milhões, 24,5% superior aos R$ 361,1 milhões acumulado no mesmo período de 2011.**

- **Lucro Líquido atinge R$ 55,1 milhões no 2T12, 34,6% superior aos R$ 40,9 milhões registrado no 2T11; No Acumulado dos primeiros seis meses de 2012, o lucro líquido atingiu R$ 118,7 milhões, 27,0% superior aos R$ 93,4 milhões registrado no mesmo período de 2011.**

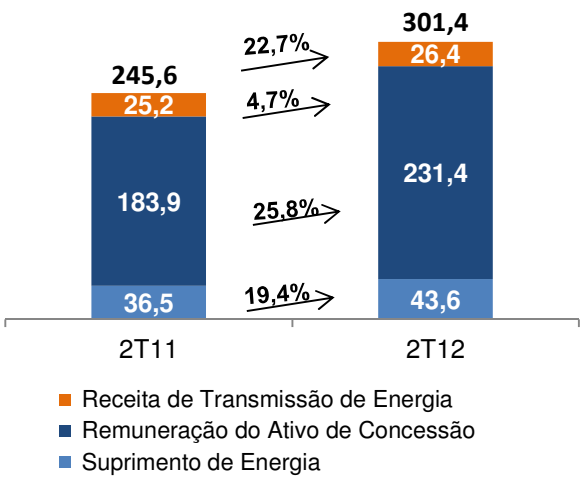
- **Investimentos atingem R$ 145,3 milhões no 2T12, 11,7% inferior aos R$ 164,5 milhões registrados no 2T11; No Acumulado dos primeiros seis meses de 2012, os investimentos atingiram R$ 246,3 milhões, 13,5% inferior aos R$ 284,7 milhões acumulado no mesmo período de 2011.**

1. Receita Operacional

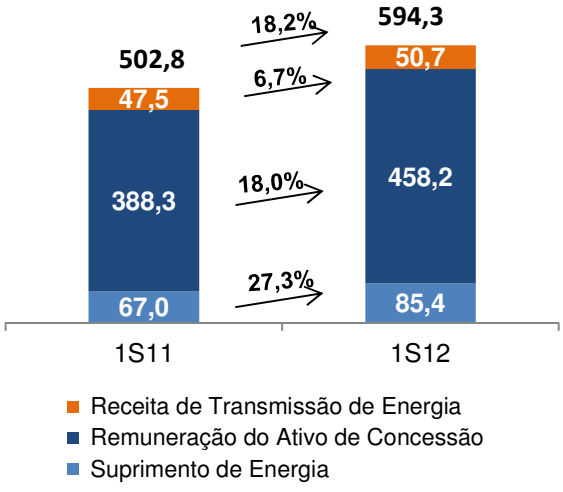
A Alupar e suas controladas auferiram Receita Bruta Ajustada de R$ 301,4 milhões no 2T12, representando um crescimento de 22,7% ante os R$ 245,6 milhões registrados no 2T11. No acumulado de Janeiro a Junho de 2012 a Receita Bruta Ajustada atingiu R$ 594,3 milhões, um crescimento de 18,2% milhões, em relação aos R$ 502,8 milhões do mesmo período de 2011. Quando analisamos a Receita Bruta Total da Companhia, verificamos que no 2T12 houve um crescimento de 11,9% em relação ao 2T11 e no acumulado dos primeiros seis meses de 2012, um crescimento de 6,9%, ante o mesmo período do ano anterior. Contudo esse aumento de receita bruta total inferior ao valor da receita bruta ajustada se deve unicamente pelo fato de que, de acordo com as normas do IFRS, todo volume de investimentos (Capex) efetuados pelas nossas empresas de transmissão são contabilizados como receita. Por se tratar de investimentos e não ter nenhum efeito no resultado da Companhia (o mesmo valor da receita é excluído no Custo dos serviços Prestados), por razões analíticas, desconsideramos esse efeito nas receitas da Companhia, conforme detalhado abaixo:

Receita Bruta Ajustada (R$ MM)						
	2T11	2T12	Var. %	1S11	1S12	Var. %
Receita de Transmissão de Energia	25,2	26,4	4,7%	47,5	50,7	6,7%
Receita de Infraestrutura	63,5	44,3	-30,1%	116,8	68,1	-41,7%
Remuneração do Ativo de Concessão	183,9	231,4	25,8%	388,3	458,2	18,0%
Suprimento de Energia	36,5	43,6	19,4%	67,0	85,4	27,3%
Receita Bruta - IFRS	**309,1**	**345,7**	**11,9%**	**619,6**	**662,4**	**6,9%**
Exclusão da Receita de Infraestrutura	63,5	44,3	-30,1%	116,8	68,1	-41,7%
Receita Bruta Ajustada	**245,6**	**301,4**	**22,7%**	**502,8**	**594,3**	**18,2%**

*** Receita Bruta Ajustada (R$ milhões)**



*** Receita Bruta Ajustada (R$ milhões)**



1.1 A variação positiva de 22,7% ocorrida na Receita Bruta Ajustada no 2T12 é explicada:

- Pelo aumento de 19,4% da Receita de Suprimento de Energia totalizando R$ 43,6 milhões no 2T12, ante R$ 36,5 milhões no 2T11. Este aumento é decorrente dos reajustes dos contratos de venda de energia, que são atualizados pela inflação anualmente e pelo fim da penalidade aplicada pela ANEEL (res. 165), que obrigava a UHE Ijuí a vender sua energia ao preço de PLD, abaixo do valor contratual.

Segue abaixo tabela com a energia vendida e o preço médio:

	Foz		Ijuí		Queluz		Lavrinhas	
	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12
Energia Comercializada (GWh)	81,06	83,90	65,85	63,05	45,86	45,86	45,86	45,86
Preço Médio (R$ / MWh)	133,23	142,42	111,92	153,98	186,11	196,93	186,11	196,93
Outros Contratos Bilaterais (GWh)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,44	0,00	7,44
Preço Médio Excedente (R$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00	80,00
Impostos – *Gross Up* (R$ MM)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,08	0,31	0,17
Outros (R$ MM)	0,29	1,35	0,07	0,59	0,00	0,54	0,00	-0,11
Receita de Suprimento de Energia (R$ MM)	**11,09**	**13,30**	**7,44**	**10,30**	**8,92**	**10,25**	**8,85**	**9,69**

- Pelo aumento de 25,8% da Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, totalizando R$ 231,4 milhões no 2T12 ante R$ 183,9 milhões no 2T11. Este aumento é decorrente dos investimentos realizados nas transmissoras, que elevaram o saldo dos ativos financeiros impulsionando as receitas de remuneração destes ativos e da consolidação integral da ECTE a partir de 2012.

Quando analisamos a Receita Bruta (IFRS), verificamos que esta atingiu R$ 345,7 milhões no 2T12, uma variação positiva de 11,9% se comparado aos R$ 309,1 milhões registrados no 2T11. Esta variação é explicada, alem dos fatores mencionados acima pela:

- Redução de R$ 19,2 milhões na Receita de Infraestrutura, que atingiu R$ 44,3 milhões no 2T12, ante R$ 63,5 milhões registrados no 2T11. Esta redução é decorrente principalmente da redução dos investimentos, nas transmissoras EBTE, ETEM e TME, que ocorreram no 2T12, conforme detalhado na tabela abaixo:

Receita de Infraestrutura (R$ MM)			
	2T11	2T12	Var
EBTE	22,6	0,6	-22,0
ESDE	0,5	4,4	3,9
ERTE	0,2	12,8	12,6
TME	18,7	0,0	-18,7
ETEM	20,5	3,8	-16,7
ETVG	0,0	9,6	9,6
TNE	0,0	11,5	11,5
Outros	0,9	1,6	0,6
Total	**63,5**	**44,3**	**-19,2**

1.2 A variação positiva de 18,2% ocorrida na Receita Bruta Ajustada no 1S12 é explicada:

- Pelo aumento de 27,3% da Receita de Suprimento de Energia totalizando R$ 85,4 milhões no 1S12, ante R$ 67,0 milhões no 1S11. Este aumento é decorrente dos reajustes dos contratos de venda de energia, que são atualizados pela inflação anualmente e pelo fim da resolução nº 165 da ANEEL, que obrigava a UHE Ijuí a vender energia pelo PLD, devido ao atraso da entrada em operação. (Esta penalidade foi revertida e em Agosto/2011 e a diferença foi creditada a favor da Companhia).

Segue abaixo tabela com a energia vendida e o preço médio:

	Foz		Ijuí		Queluz		Lavrinhas	
	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12
Energia Comercializada (GWh)	166,35	168,54	131,18	129,92	91,24	91,74	91,24	91,74
Preço Médio (R$ / MWh)	132,97	142,20	74,88	152,59	179,96	194,59	179,96	194,59
Outros Contratos Bilaterais (GWh)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,33	0,00	8,93
Preço Médio Excedente (R$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,79	0,00	95,67
Impostos – *Gross Up* (R$ MM)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,26	0,49	0,29
Outros (R$ MM)	0,64	2,06	0,17	0,63	0,00	0,58	0,00	-0,09
Receita de Suprimento de Energia (R$ MM)	**22,76**	**26,02**	**9,99**	**20,45**	**17,17**	**19,96**	**16,91**	**18,91**

- Pelo aumento de 18,0% da Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, totalizando R$ 458,2 milhões no 1S12 ante R$ 388,3 milhões no 1S11. Este aumento é decorrente dos investimentos realizados nas transmissoras, que elevaram o saldo dos ativos financeiros impulsionando as receitas de remuneração destes ativos.e da consolidação integral da ECTE a partir de 2012.

Quando analisamos a Receita Bruta (IFRS), verificamos que esta atingiu R$ 662,4 milhões no 1S12, uma variação positiva de 6,9% se comparado aos R$ 619,6 milhões registrados no 1S11. Esta variação é explicada, alem dos fatores mencionados acima pela:

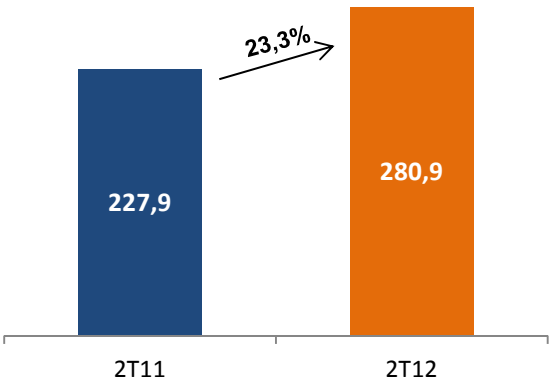
- Redução de R$ 48,7 milhões na Receita de Infraestrutura, que atingiu R$ 68,1 milhões no 1S12, ante R$ 116,8 milhões registrados no 1S11. Esta redução é decorrente da redução dos investimentos, nas transmissoras, que ocorreram no 1S12, em função da entrada em operação das transmissoras EBTE, ETEM e TME, conforme detalhado na tabela abaixo:

Receita de Infraestrutura (R$ MM)			
	1S11	1S12	Var
EBTE	22,6	2,5	-20,1
ESDE	0,5	7,4	6,9
ERTE	0,7	20,8	20,1
TME	44,8	1,9	-42,9
ETEM	45,1	4,9	-40,2
ETVG	0,0	14,0	14,0
TNE	0,0	12,9	12,9
Outros	3,1	3,7	0,6
Total	**116,8**	**68,1**	**-48,7**

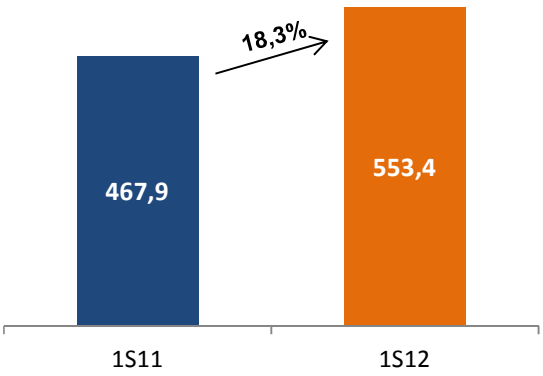
1.3 Deduções da receita bruta

- As deduções que incidem sobre a Receita Bruta da Alupar e suas controladas são: PIS, COFINS, P&D, RGR e ICMS. Na comparação entre 2T12 e 2T11, nota-se que as deduções apresentaram variação positiva de 15,3%, totalizando R$ 20,5 milhões no 2T12 ante R$ 17,8 milhões no 2T11, e somado aos fatores apresentados acima, observa-se um aumento de 23,3% na Receita Líquida ajustada dos efeitos da Receita de Infraestrutura, que atingiu R$ 280,9 milhões no 2T12 ante R$ 227,9 milhões registrados no 2T11. No acumulado dos primeiros seis meses, nota-se que as deduções apresentaram variação positiva de 17,0%, totalizando R$ 40,9 milhões no 1S12 ante R$ 34,9 milhões no 1S11, e somado aos fatores apresentados acima, observa-se um aumento de 18,3% na Receita Líquida ajustada dos efeitos da Receita de Infraestrutura, que atingiu R$ 553,4 milhões no 1S12 ante R$ 467,9 milhões registrados no 1S11.

Receita Líquida Ajustada (R$ milhões)



Receita Líquida Ajustada (R$ milhões)



2. Custos

2.1 No 2T12, os Custos Operacionais fecharam em R$ 84,1 milhões, 11,2% abaixo dos R$ 94,8 milhões apurados no 2T11.

Custos R$ (MM)			
	2T11	2T12	Var. %
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	17,4	15,7	-9,8%
Energia Comprada para Revenda	12,1	15,9	31,2%
Custo de Infraestrutura	63,5	44,3	-30,1%
Depreciação / Amortização	1,8	8,2	366,6%
Total	**94,8**	**84,1**	**-11,2%**

Essa variação ocorrida no período é explicada:

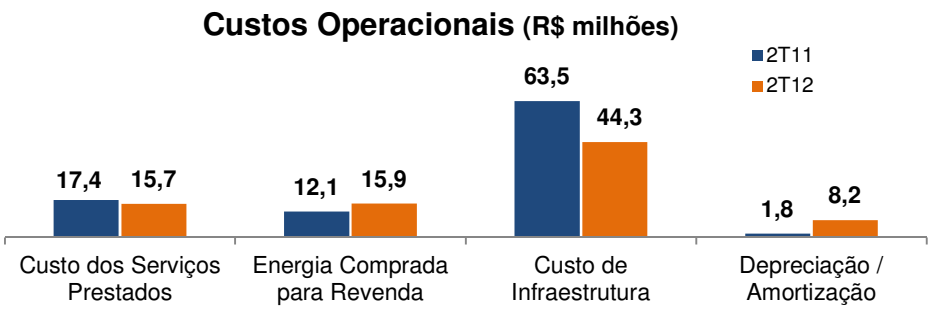
- Pela redução de R$ 1,7 milhão no Custo dos Serviços Prestados, atingindo R$ 15,7 milhões no 2T12, ante R$ 17,4 milhões no 2T11.

- Pelo aumento de R$ 3,8 milhões no custo de Energia Comprada para Revenda, atingindo R$ 15,9 milhões no 2T12, ante R$ 12,1 milhões no 2T11. Este custo é decorrente da compra de energia feita pelas geradoras do grupo, que para complementar sua geração e honrar seus contratos de venda de energia compraram energia no mercado spot.

- Pela redução de R$ 19,2 milhões no Custo de Infraestrutura (investimentos), que atingiu R$ 44,3 milhões no 2T12, contra R$ 63,5 milhões apurados no 2T11. Conforme já comentado no item 1, essa conta de Custo de Infraestrutura tem o mesmo valor contabilizado na Receita Bruta e sua variação é provocada pelos mesmos valores já descritos anteriormente.

- Pelo aumento de R$ 6,4 milhões no custo de Depreciação e Amortização, atingindo R$ 8,2 milhões no 2T12, ante R$ 1,8 milhão no 2T11. Este aumento é decorrente da entrada em operação das usinas Ijuí, Queluz e Lavrinhas, que, passam a ter seus ativos depreciados / amortizados quando do inicio de suas operações. As transmissoras não contribuem para esta conta, dado que, após a adoção do IFRS, passaram a ser contabilizadas como ativo financeiro, não sendo portanto, depreciadas ou amortizadas.

- O custo caixa, excluindo o custo de infraestrutura (investimentos) e a depreciação / amortização foi de 11,3% da receita líquida ajustada, 1,7% inferior aos 13,0% registrados no 2T11.



2.2 No 1S12, os Custos Operacionais fecharam em R$ 137,7 milhões, 26,1% inferior aos R$ 186,4 milhões apurados no mesmo período de 2011.

Custos R$ (MM)			
	1S11	1S12	Var. %
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	32,9	32,1	-2,4%
Energia Comprada para Revenda	32,7	21,4	-34,4%
Custo de Infraestrutura	116,8	68,1	-41,7%
Depreciação / Amortização	4,1	16,1	295,4%
Total	**186,4**	**137,7**	**-26,1%**

Essa variação ocorrida no período é explicada:

- Pela redução de R$ 0,8 milhão no Custo dos Serviços Prestados, atingindo R$ 32,1 milhões no 1S12, ante R$ 32,9 milhões no 1S11.

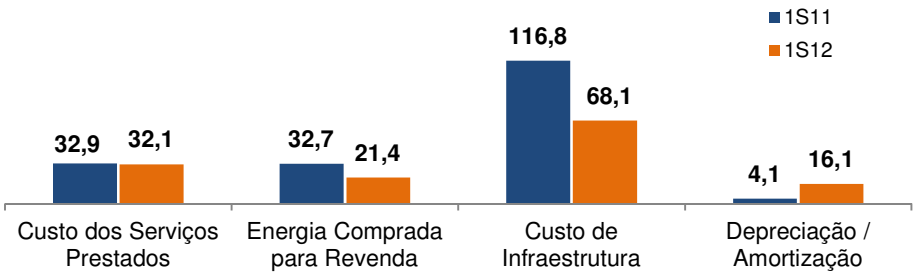
- Pela redução de R$ 11,3 milhões no custo de Energia Comprada para Revenda, atingindo R$ 21,4 milhões no 1S12, ante R$ 32,7 milhões no mesmo período de 2011. Esta redução é decorrente principalmente da entrada em operação das geradoras Ijuí (1T11), Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11) que compraram menos energia para completar sua geração em 2012.

- Pela redução de R$ 48,7 milhões no Custo de Infraestrutura (investimentos), que atingiu R$ 68,1 milhões no 1S12, contra R$ 116,8 milhões apurados no 1S11. Conforme já comentado no item 1, essa conta de Custo de Infraestrutura tem o mesmo valor contabilizado na Receita Bruta e sua variação é provocada pelos mesmos valores já descritos anteriormente.

- Pelo aumento de R$ 12,0 milhões no custo de Depreciação e Amortização, atingindo R$ 16,1 milhões no 1S12, ante R$ 4,1 milhões em 1S11. Este aumento é decorrente da entrada em operação das usinas Ijuí, Queluz e Lavrinhas, que, passam a ter seus ativos depreciados / amortizados quando do inicio de suas operações. As transmissoras não contribuem para esta conta, dado que, após a adoção do IFRS, passaram a ser contabilizadas como ativo financeiro, não sendo portanto, depreciadas ou amortizadas.

- O custo caixa, excluindo o custo de infraestrutura (investimentos) e a depreciação / amortização foi de 9,7% da receita líquida ajustada, 4,3% inferior aos 14,0% registrados no 1S11.

Custos Operacionais (R$ milhões)



3. Despesas Operacionais

3.1 No 2T12, as Despesas Operacionais totalizaram em R$ 27,3 milhões, 4,5% inferior aos R$ 28,6 milhões apurados no mesmo período de 2011.

Despesas Operacionais R$ (MM)			
	2T11	2T12	Var. %
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	11,0	11,8	7,6%
Pessoal	9,3	7,4	-20,4%
Honorários da Diretoria e Administração	2,9	5,8	100,9%
Outros	5,5	2,4	-56,6%
Total	**28,6**	**27,3**	**-4,5%**

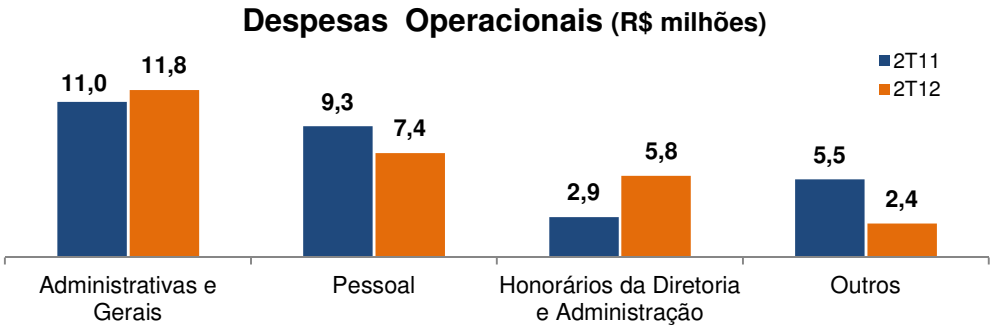
Essa variação ocorrida no período é explicada:

- Pelo aumento de R$ 0,8 milhão nas Despesas Administrativas e Gerais, devido principalmente ao início da operação das usinas, Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11) e das transmissoras EBTE (2T11) ETEM (4T11) e TME (4T11) que durante a construção tinham essas despesas capitalizadas, e após a entrada em operação, estas passaram a ser contabilizadas nas demonstrações de resultados. Alem disso, foi implantada, no começo deste ano, uma estrutura na Colômbia, para a implantação do complexo Risaralda.

- Pela redução de R$ 1,9 milhão nas Despesas com Pessoal, que totalizaram R$ 7,4 milhões no 2T12 ante R$ 9,3 no 2T11.

- Pelo aumento de R$ 2,9 milhões nas Despesas com Honorários da Diretoria e Administração, que totalizaram R$ 5,8 milhões no 2T12 ante R$ 2,9 milhões no 2T11.

- Pela redução de R$ 3,1 milhões no resultado da conta Outras Despesas / Receitas, que totalizou R$ 2,4 milhões no 2T12 ante R$ 5,5 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.



3.2 No 1S12, as Despesas Operacionais totalizaram em R$ 50,5 milhões, 22,3% superior dos R$ 41,3 milhões apurados no 1S11.

Despesas Operacionais R$ (MM)			
	1S11	1S12	Var. %
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	17,9	23,5	30,9%
Pessoal	15,2	14,4	-5,3%
Honorários da Diretoria e Administração	5,2	9,0	74,2%
Outros	3,0	3,7	21,8%
Total	**41,3**	**50,5**	**22,3%**

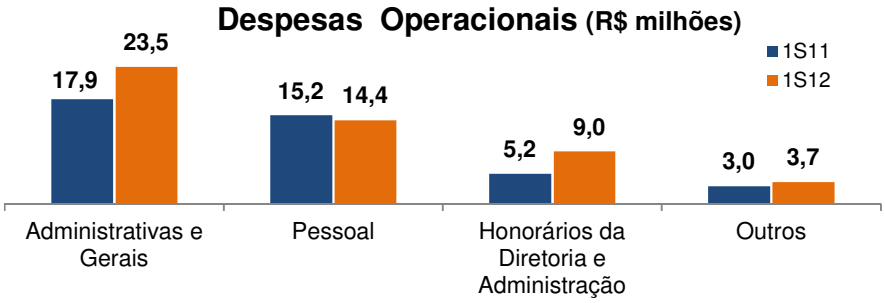
Essa variação ocorrida no período é explicada:

- Pelo aumento de R$ 5,6 milhões nas Despesas Administrativas e Gerais, devido principalmente ao início da operação das usinas Ijuí (1T11), Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11) e das transmissoras EBTE (2T11), ETEM (4T11) e TME (4T11) que durante a construção tinham essas despesas capitalizadas, e após a entrada em operação, estas passaram a ser contabilizadas nas demonstrações de resultados. . Alem disso, foi implantada, no começo deste ano, uma estrutura na Colômbia, para a implantação do complexo Risaralda.

- Pela redução de R$ 0,8 milhão nas Despesas com Pessoal, que totalizaram R$ 14,4 milhões no 1S12 ante R$ 15,2 milhões no mesmo período do ano passado.

- Pelo aumento de R$ 3,8 milhões nas Despesas com Honorários da Diretoria e Administração, que totalizaram R$ 9,0 milhões no 1S12 ante R$ 5,2 milhões no 1S11.

- Pelo aumento de R$ 0,7 milhão no resultado da conta Outras Despesas / Receitas, que totalizou R$ 3,7 milhões no 1S12 ante R$ 3,0 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Esta variação é devida principalmente aos encargos das geradoras (CUST), que passou a ser devido após as respectivas entradas em operação.

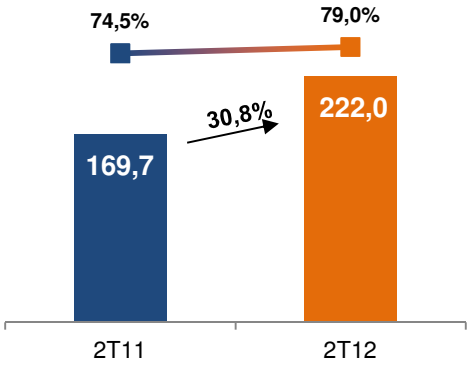


4. EBITDA

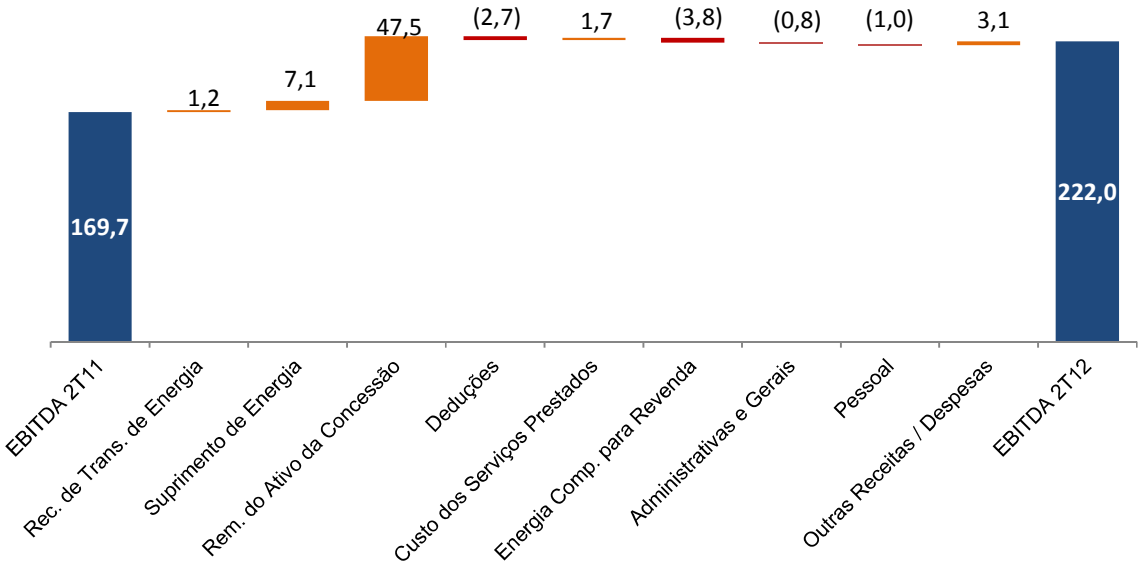
4.1 No 2T12, o EBITDA alcançou R$ 222,0 milhões, com crescimento de 30,8% se comparado aos R$ 169,7 milhões registrados no 2T11. Já a Margem de EBITDA ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 79,0% no 2T12, comparada a uma Margem de EBITDA ajustada de 74,5% no 2T11. Esta variação é decorrente principalmente do aumento de 19,4% das receitas de suprimento de energia, que atingiu R$ 43,6 milhões no 2T12, ante R$ 36,5 milhões no 2T11 e da receita de remuneração do ativo da concessão, que registrou R$ 231,4 milhões no 2T12, R$ 47,5 milhões superior aos R$ 183,9 milhões registrados no 2T11.

EBITDA (R$ MM)			
	2T11	2T12	Var. %
Receita Bruta Ajustada	245,6	301,4	22,7%
Deduções	-17,8	-20,5	15,3%
Receita Líquida Ajustada	227,9	280,9	23,3%
Custos Operacionais	-29,6	-31,6	7,0%
Despesas Operacionais	-28,6	-27,3	-4,5%
EBITDA	169,7	222,0	30,8%
Margem EBITDA Ajustada	74,5%	79,0%	4,5%

EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA



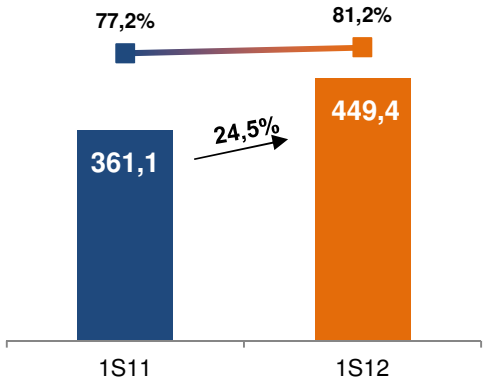
Formação do EBITDA (R$ milhões)



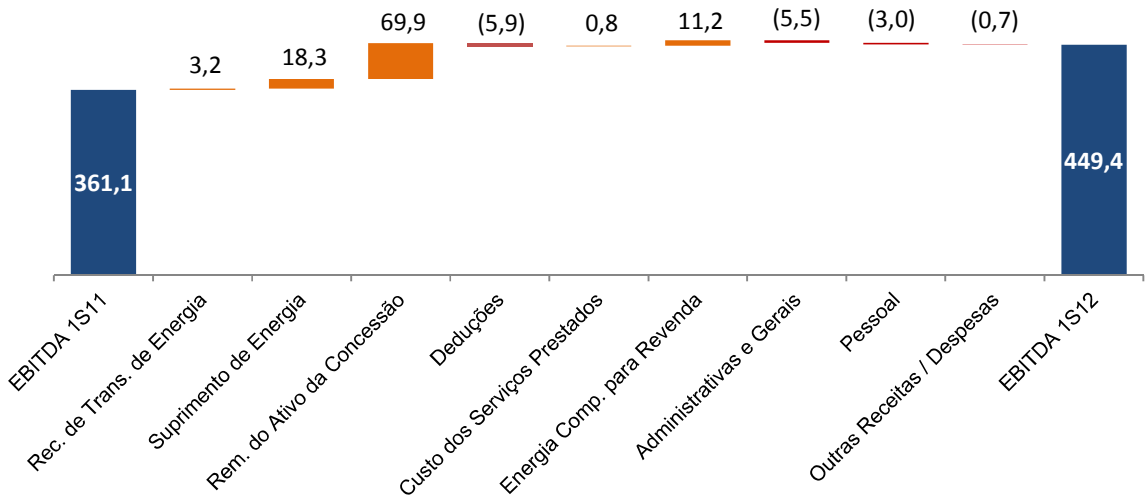
4.2 No 1S12, o EBITDA alcançou R$ 449,4 milhões, com crescimento de 24,5% se comparado aos R$ 361,1 milhões registrados no 1S11. Já a Margem de EBITDA ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 81,2% no 1S12, comparada a uma Margem de EBITDA ajustada de 77,2% no 1S11. Esta variação é decorrente principalmente do aumento de 27,3% das receitas de suprimento de energia, que atingiu R$ 85,4 milhões no 1S12, ante R$ 67,0 milhões no 1S11 e da receita de remuneração do ativo da concessão, que registrou R$ 458,2 milhões no 1S12, R$ 69,9 milhões superior aos R$ 388,3 milhões registrados no 1S11, somado a queda nos custos, principalmente a queda no custo de energia comprada para revenda que reduziu 34,4%, totalizando R$ 21,4 milhões no 1S12, ante R$ 32,7 milhões registrado no 1S11.

EBITDA (R$ MM)			
	1S11	1S12	Var. %
Receita Bruta Ajustada	502,8	594,3	18,2%
Deduções	-34,9	-40,9	17,0%
Receita Líquida Ajustada	467,9	553,4	18,3%
Custos Operacionais	-65,6	-53,5	-18,3%
Despesas Operacionais	-41,3	-50,5	22,3%
EBITDA	361,1	449,4	24,5%
Margem EBITDA Ajustada	77,2%	81,2%	4,0%

EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA



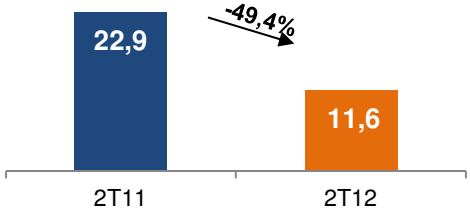
Formação do EBITDA (R$ milhões)



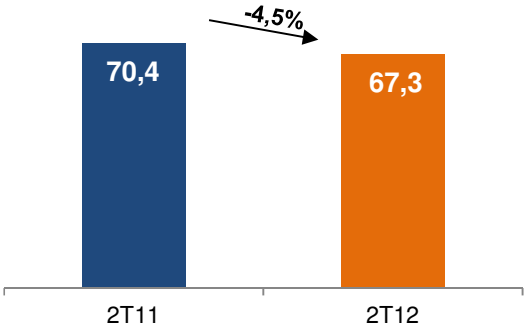
5. Resultados Financeiros

5.1 No 2T12, os Resultados Financeiros atingiram R$ -55,7 milhões ante R$ -47,5 milhões no 2T11, o que representa uma variação negativa de 17,2%. Esta variação decorre principalmente da redução da taxa DI que no acumulado do 2T12 fechou em 2,45 %, ante 2,60% no 2T11, o que impactou de forma mais significativa a receita financeira já que o caixa estava todo aplicado em CDI, enquanto apenas parte da dívida estava atrelada ao índice.

Receita Financeira (R$ milhões)



Despesa Financeira (R$ milhões)

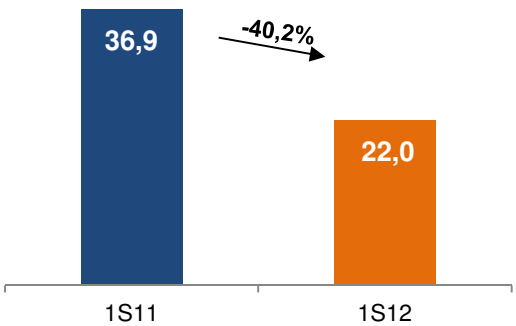


5.2 No 1S12, os Resultados Financeiros atingiram R$ -110,1 milhões ante R$ -82,0 milhões no 1S11, o que representa uma variação negativa de R$ 28,1 milhões ou 34,3%.

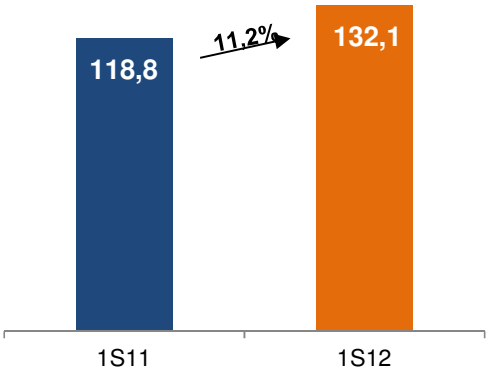
Essa variação ocorrida no período é explicada:

- Pelo aumento de R$ 13,3 milhões nas despesas financeiras. Com a entrada em operação das usinas Ijuí (1T11), Queluz (3T11) e Lavrinhas (3T11) e das transmissoras EBTE (2T11), ETEM (4T11) e TME (4T11) as despesas financeiras, que eram capitalizadas durante a construção, passaram a ser contabilizadas no resultado após a entrada em operação.
- Pela redução de R$ 14,9 milhões na receita financeira, decorrente principalmente da redução da taxa DI que no acumulado do 1S12 fechou em 4,59 %, ante 5,47% no 1S11.

Receita Financeira (R$ milhões)

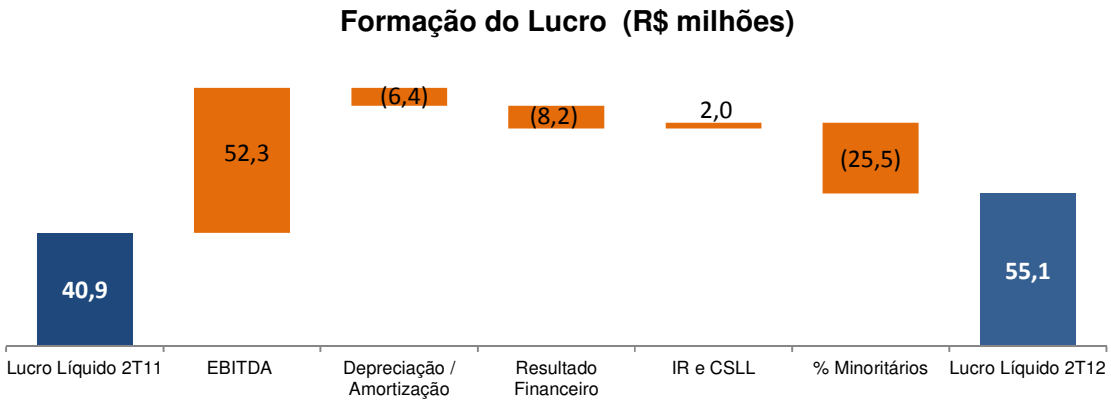


Despesa Financeira (R$ milhões)

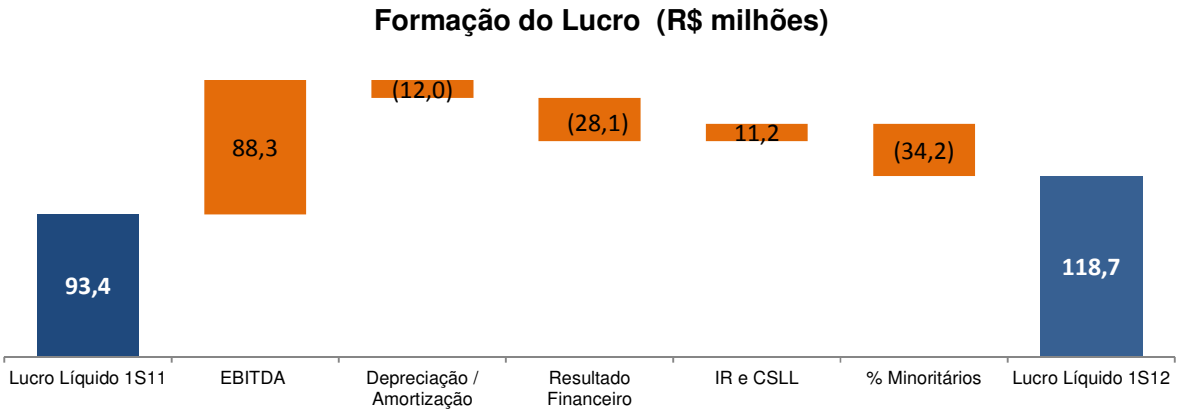


6. Lucro Líquido

6.1 O lucro líquido no 2T12 totalizou R$ 55,1 milhões, 34,6% superior aos R$ 40,9 milhões obtidos no 2T11.



6.2 No 1S12 o lucro líquido totalizou R$ 118,7 milhões, 27,0% superior aos R$ 93,4 milhões obtidos no mesmo período de 2011.



7. Investimentos

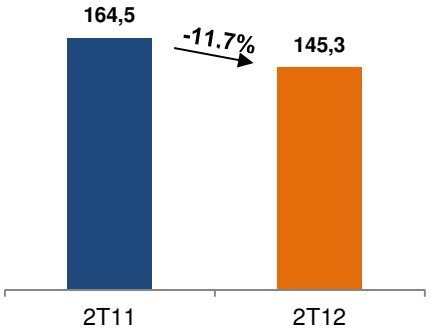
No 2T12, foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 145,3 milhões em nossas empresas, sendo R$ 44,3 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 94,8 milhões no segmento de geração e R$ 6,1 milhões na prospecção de novos negócios ante R$ 164,5 milhões registrados no mesmo período de 2011, quando R$ 63,4 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 94,2 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 6,9 milhões na prospecção de novos negócios.

No 1S12, foram realizados investimentos totais da ordem de R$ 246,3 milhões em nossas empresas, sendo R$ 68,1 milhões investidos no segmento de transmissão, R$ 169,3 milhões no segmento de geração e R$ 8,9 milhões na prospecção de novos negócios ante R$ 284,7 milhões registrados no mesmo período de 2011, quando R$ 116,8 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R$ 158,3 milhões foram investidos no segmento de geração e R$ 9,6 milhões na prospecção de novos negócios.

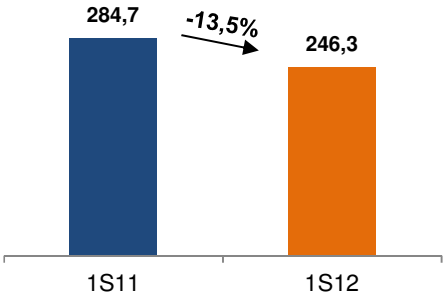
Investimentos (R$ MM)	2T11	2T12
Transmissão	**63,4**	**44,3**
EBTE	22,6	0,6
ESDE	0,5	4,4
ERTE	0,2	12,8
TME	18,7	0,0
ETEM	20,5	3,8
ETVG	0,0	9,6
TNE	0,0	11,5
Outros	0,9	1,6
Geração	**94,2**	**94,8**
Ferreira Gomes	70,1	92,6
Outros	24,1	2,2
Holding	**6,9**	**6,1**
Total	**164,5**	**145,3**

Investimentos (R$ MM)	1S11	1S12
Transmissão	**116,8**	**68,1**
EBTE	22,6	2,5
ESDE	0,5	7,4
ERTE	0,7	20,8
ETEM	45,1	4,9
ETVG	0,0	14,0
TNE	0,0	12,9
TME	44,8	1,9
Outros	3,1	3,7
Geração	**158,3**	**169,3**
Ferreira Gomes	92,3	166,4
Outros	66,0	2,9
Holding	**9,6**	**8,9**
Total	**284,7**	**246,3**

Investimentos (R$ milhões)

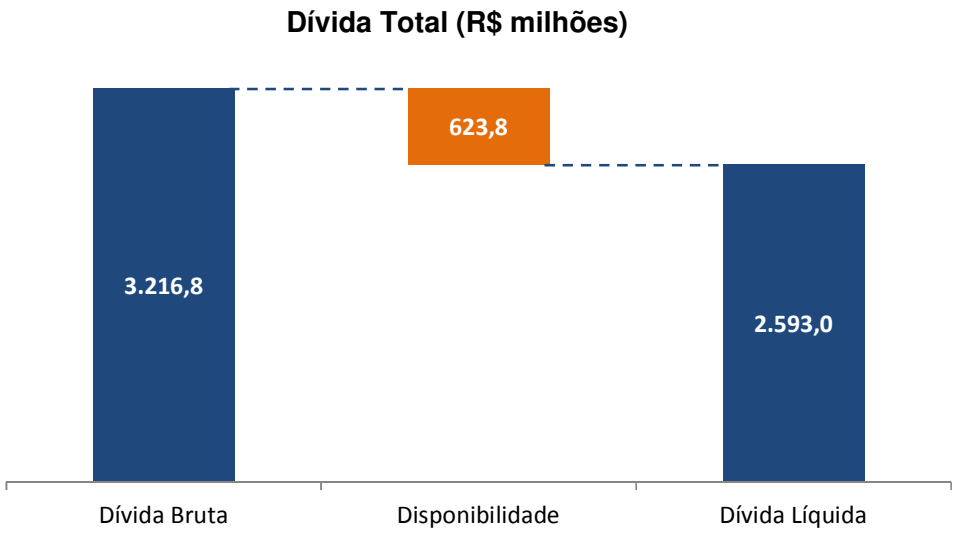


Investimentos (R$ milhões)

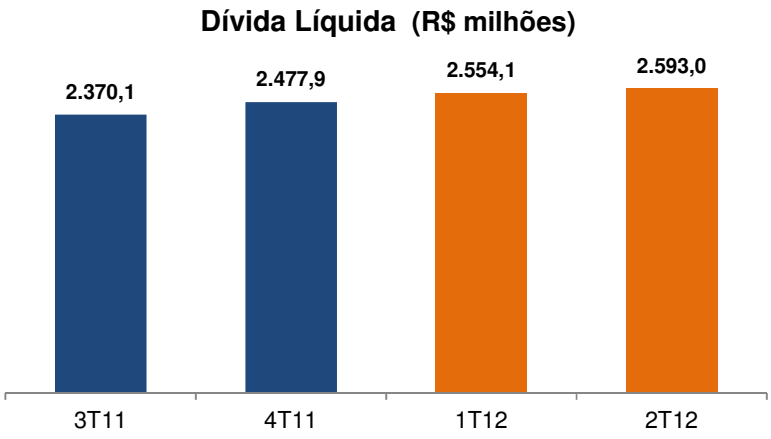


8. Endividamento

A dívida bruta da Alupar e suas controladas totalizaram R$ 3.216,8 milhões no 1S12, 13,5% ou R$ 381,9 milhões superior aos R$ 2.834,9 apurados ao final de 2011.

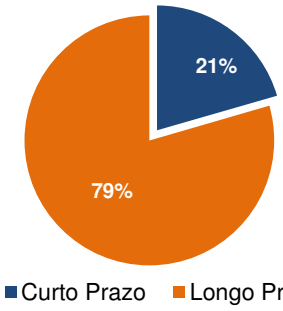


A divida liquida registrada no 1S12 foi de R$ 2.593,0 milhões, 4,6% superior aos R$ 2.477,9 milhões registrados em dez/2011.

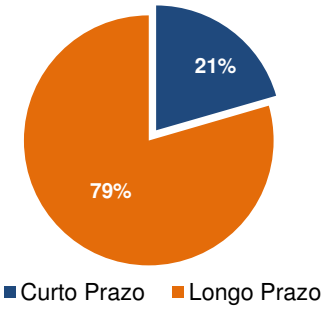


A dívida de curto prazo registrada no 1S12 foi de R$ 660,1 milhões, 13,5% superior aos R$ 581,6 milhões registrados em dezembro de 2011, desta forma, a dívida de curto prazo representa 21% do endividamento total da Companhia, em linha com o registrado em dez/2011.

Perfil da Dívida Consolidada 2011

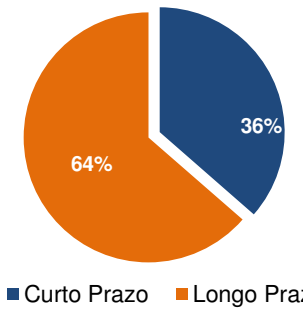


Perfil da Dívida Consolidada 1S12

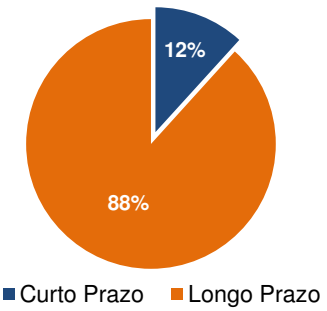


Na controladora Alupar a dívida de curto prazo representa 11,7% do endividamento total ante 36,4% registrados em dez/2011.

Perfil da Dívida Controladora 2011



Perfil da Dívida Controladora 1S12



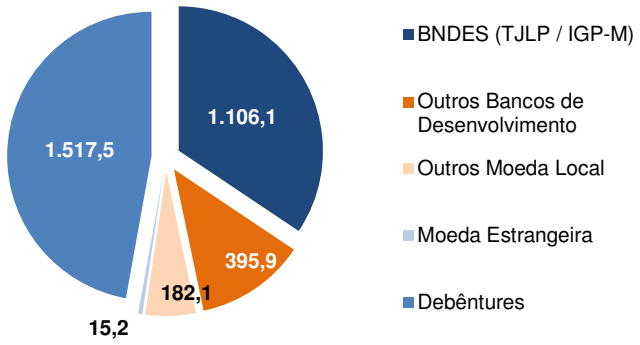
No 1S12 as disponibilidades da Alupar e suas controladas somavam R$ 623,8 milhões, R$ 266,7 milhões superior aos R$ 357,1 milhões registrados no fim de 2011. Esta variação é explicada pela V emissão de debêntures da Alupar Holding em jun/2012, no valor de R$ 300,0 milhões, por 15 anos e com prazo médio de amortização de 10,3 anos.

Da dívida consolidada, R$ 1.502,0 milhões referem-se a empréstimos de longo prazo para projetos de infraestrutura (project finance) junto a bancos de fomento, sendo a maior parte destes empréstimos, R$ 1.106,1 junto ao BNDES, a taxa de TJLP + spread médio de 3%.

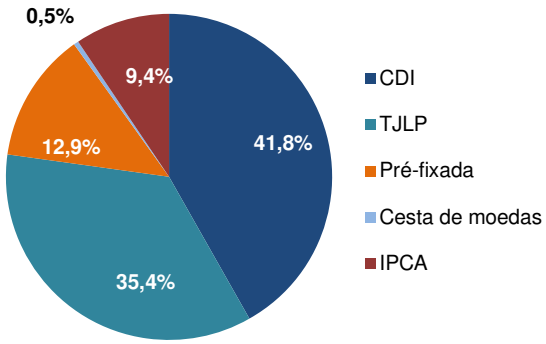
As emissões de debêntures correspondem a R$ 1.517,5 milhões ou 47,2% do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R$ 783,2 milhões no 1S12, e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP e Ferreira Gomes representam um saldo de R$ 734,3 milhões.

Apenas R$ 15,2 milhões ou 0,5% do total da dívida são referentes à moeda estrangeira, sendo este saldo referente a encargos em cesta de moedas junto a bancos de fomento.

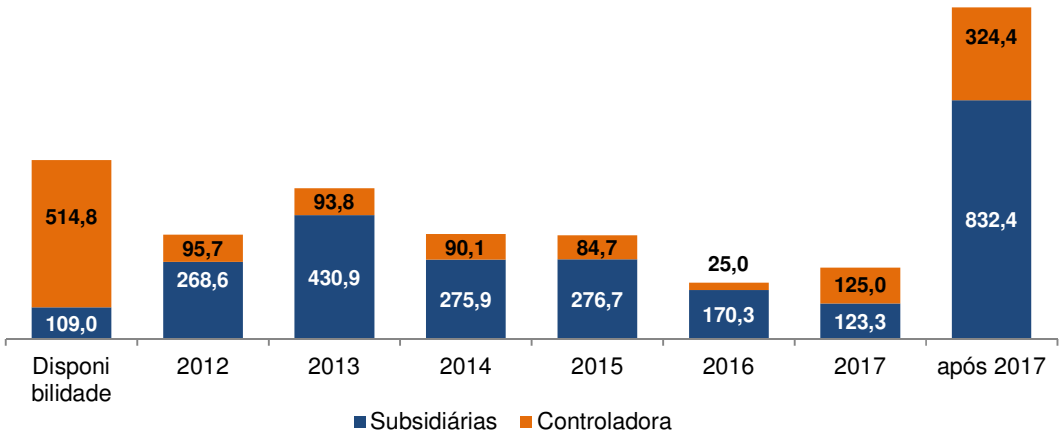
Composição da Dívida (Em R$ mil)



Dívida Bruta por Indexador (%)



Cronograma de Amortização da Dívida (R$ milhões)



Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP na Av. Dr. Cardoso de Melo, n. 1855, Bloco I, 9º andar, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 17 empresas geradoras e 19 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário da Transchile Charrúa Transmisión S.A. ("Transchile"), que atualmente é de propriedade da Guarupart Participações Ltda. ("Guarupart"), atual controladora da Companhia. De acordo com um contrato firmado entre a Companhia e a Guarupart, a transferência efetiva do controle acionário da Transchile para a Companhia ocorrerá a partir do momento em que a Transchile iniciar sua operação comercial, acrescentando desta forma cerca de 200 km às linhas de transmissão da Companhia. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possuía aproximadamente 5.465 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 715 km em fase prés-operacional, com voltagens entre 230 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão que a Companhia opera, por meio de concessões com prazo de 30 anos, estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE).

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

	Prazo da Concessão	
Empresas	**Início**	**Fim**
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	jun/01	jun/31
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	dez/02	dez/32
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	dez/02	dez/32
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	jun/01	jun/31
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE	nov/00	nov/30
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	fev/04	fev/34
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	fev/04	fev/34
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	mar/05	mar/35
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	mar/05	mar/35
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	abr/06	abr/36
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	fev/04	fev/34
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. - ETES	abr/07	abr/37
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	out/08	out/38
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	nov/09	nov/39
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (*)	nov/09	nov/39
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	jul/10	jul/40
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG (*)	dez/10	dez/40
Transnorte Energia S.A. - TNE (*)	jan/12	jan/42
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (*)	mai/12	mai/42

(*) Empresas pré-operacionais

Concessões de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão de 2 PCHs, 4 UHEs e 1 projeto eólico (10 parques eólicos), que totalizam 664 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, futuramente, nos Estados do Amapá (Ferreira Gomes) e Cerá (Eólicas).

A Companhia também possuí o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (“Risaralda”). A controlada Risaralda é uma empresa estabelecida na Colômbia e que detém a licença para exploração das PCHs Morro Azul, Guática I e Guática II, com potência instalada de 16 MW, 4 MW e 8 MW, respectivamente. A previsão é que estas usinas comecem a ser construídas em 2013 e estejam concluídas até 2015. O investimento será da ordem de US$ 70.000.000,00, sendo que a energia a ser gerada será negociada no mercado livre de energia da Colômbia.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

	Prazo da Concessão	
Empresas	**Início**	**Fim**
Foz do Rio Claro Energia S.A.	ago/06	ago/41
Ijuí Energia S.A.	ago/06	ago/41
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	abr/04	abr/34
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	abr/04	abr/34
Ferreira Gomes Energia S.A (*)	nov/10	nov/45
Energia dos Ventos I S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos II S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos III S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos IV S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos V S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos VI S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos VII S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos VIII S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos IX S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Energia dos Ventos X S.A. (*) (**)	Em fase de assinatura	
Genpower termoelétricas e participações S.A. (*)	Não aplicável	
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (*)	Não aplicável	

(*) Empresas pré-operacionais
(**) Prazo de concessão de 35 anos, contado da assinatura dos contratos

Em março de 2012, a Companhia constituíu e empresa Boa Vista Participações S.A. (“Boas Vista”). A Boa Vista tem como objeto: i) geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia; ii) construção de reder de energia e sistemas elétricos; e iii) serviços de engenharia, consultoria e projetos na área dos setor elétrico. O capital social da Boa Vista, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2012 é de R$1, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Outras Geradoras

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Notas Explicativas

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações contábeis

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações contábeis – "ITR" em 13 de agosto de 2013.

2.1. Reapresentação dos saldos correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

a) Tributos e contribuições sociais diferidos: em processo de análise e conciliação dos saldos contábeis, as controladas, diretas e indiretas, EATE, EBTE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, Lumitrans, STC, STN, Transirapé, Transleste e Transudeste, concluíram sobre a necessidade de efetuar ajustes nos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos em 30 de junho de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2011. Estes ajustes se deram em virtude da (i) incerteza da renovação das controladas que possuem incentivos fiscais da SUDAM/SUDENE e (ii) mudança de tributação de lucro real para presumido (ou lucro presumido para lucro real).

b) Imobilizado e investimento: os saldos do ativo imobilizado das controladas Foz e Ijuí, que em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estavam apresentados no ativo intangível e foram reclassificados para a rubrica do ativo imobilizado. Esta reclassificação foi efetuada em função da Administração entender que a interpretação ICPC 01 não é aplicável ao contrato de concessão destas controladas. Este entendimento está suportado pelo fato do Poder Concedente não dispor sobre o preço a ser cobrado pela energia elétrica. O Poder Concedente estabelece somente a fórmula a ser aplicada para reajustamento do preço da energia, e aprova qualquer reajuste em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro. Outro ponto a ser observado, refere-se ao fato da ANEEL somente organizar o leilão e o mecanismo da alocação da energia negociada, não definindo a quem o serviço deve ser prestado.

c) Provisão de constituição dos ativos: esta provisão refere-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e no exercício encerrado em de dezembro de 2011, parte destes custos no montante de R$ 2.689 e R$ 15.960, respectivamente, foram reclassificados da rubrica de "imobilizado" para a rubrica de "provisão de constituição de ativos".

d) Consolidação integral ECTE: a controlada ECTE foi consolidada proporcionalmente no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, sendo que após reanalisarmos o critério de consolidação, concluímos que a controlada ECTE deveria ser consolidada de forma integral no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

e) Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas informações trimestrais e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações nas demonstrações dos resultados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011: saldos no montante de R$ 4.550 e R$ 3.939 respectivamente, foram reclassificados da rubrica de outras despesas para a rubrica de custos dos serviços prestados.

O sumário dos ajustes e reclassificações realizados no balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, e 31 dezembro de 2011 é apresentado como segue:

Balanço patrimonial		30/06/2012					
		Controladora			Consolidado		
		Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(d)	272	-	272	34.167	112	34.279
Investimento de curto prazo	(d)	514.511	-	514.511	586.451	3.048	589.499
Contas a receber de clientes	(d)	-	-	-	118.725	4.276	123.001
Impostos a compensar	(d)	18.160	-	18.160	64.622	669	65.291
Adiantamento a fornecedores	(d)	1.042	-	1.042	56.244	174	56.418
Estoques	(d)	-	-	-	19.718	1.939	21.657
Despesas pagas antecipadamente	(d)	84	-	84	622	15	637
Ativo financeiro da concessão	(d)	-	-	-	973.806	41.856	1.015.662
Outros ativos	(d)	1.672	-	1.672	23.947	1.008	24.955
Outros		29.774	-	29.774	416	-	416
Total circulante		**565.515**	**-**	**565.515**	**1.878.718**	**53.097**	**1.931.815**
Não circulante							
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	-	222	-	222
Cauções e depósitos judiciais	(d)	1.658	-	1.658	6.655	-	6.655
Ativo financeiro da concessão	(d)	-	-	-	3.042.252	76.782	3.119.034
Outros ativos	(d)	-	-	-	16.289	780	17.069
Investimentos	(a); (b) e (c)	1.630.309	(60.038)	1.570.271	5.687	-	5.687
Imobilizado	(b) e (d)	1.764	-	1.764	982.469	797.230	1.779.699
Intangível	(b) e (d)	91.487	-	91.487	919.581	(788.822)	130.759
Outros		314.411	-	314.411	116.887	-	116.887
		2.039.629	**(60.038)**	**1.979.591**	**5.090.042**	**85.970**	**5.176.012**
Ativo total		**2.605.144**	**(60.038)**	**2.545.106**	**6.968.760**	**139.067**	**7.107.827**
Passivo							
circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(d)	98.339	-	98.339	650.649	9.463	660.112
Fornecedores	(d)	2.897	-	2.897	89.246	1.225	90.471
Salários, férias e encargos sociais	(d)	1.041	-	1.041	8.748	170	8.918
Tributos e contribuições sociais a recolher	(d)	1.166	-	1.166	73.383	4.443	77.826
Provisões de constituição dos ativos	(c)	-	-	-	42.325	(2.689)	39.636
Dividendos a pagar	(d)	47.553	-	47.553	84.860	804	85.664
Taxas regulamentares e setoriais	(d)	-	-	-	26.760	1.363	28.123
Outras obrigações	(d)	340	-	340	43.945	1.805	45.750
Outros		-	-	-	9.984	-	9.984
Total circulante		**151.336**	**-**	**151.336**	**1.029.900**	**16.584**	**1.046.484**
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(d)	740.302	-	740.302	2.530.862	25.796	2.556.658
Tributos e contribuições sociais diferido	(a) e (d)	-	-	-	219.388	147.750	367.138
Provisões para litígios	(d)	1.658	-	1.658	5.537	-	5.537
Adiantamento de clientes	(d)	-	-	-	2.407	113	2.520
Outros		-	-	-	71.265	-	71.265
Total não circulante		**741.960**	**-**	**741.960**	**2.829.459**	**173.659**	**3.003.118**
Patrimônio líquido	(a) e (b)	1.711.848	(60.038)	1.651.810	1.711.848	(60.038)	1.651.810
Participação de acionistas não controladores	(a); (b) e (d)	-	-	-	1.397.553	8.862	1.406.415
Total patrimônio líquido + partic. de acionistas		**1.711.848**	**(60.038)**	**1.651.810**	**3.109.401**	**(51.176)**	**3.058.225**
Passivo total		**2.605.144**	**(60.038)**	**2.545.106**	**6.968.760**	**139.067**	**7.107.827**

Notas Explicativas

Balanço patrimonial		31/12/2011					
		Controladora			Consolidado		
		Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
circulante							
Outros		235.243	-	235.243	1.500.212	-	1.500.212
Total circulante		**235.243**	**-**	**235.243**	**1.500.212**	**-**	**1.500.212**
Não circulante							
Investimentos	(a) e (b)	1.514.172	(62.825)	1.451.347	5.756	-	5.756
Imobilizado	(b)	1.688	-	1.688	824.124	807.201	1.631.325
Intangível	(b)	82.962	-	82.962	929.472	(816.303)	113.169
Outros		280.098	-	280.098	3.160.261	-	3.160.261
		1.878.920	**(62.825)**	**1.816.095**	**4.919.613**	**(9.102)**	**4.910.511**
Ativo total		**2.114.163**	**(62.825)**	**2.051.338**	**6.419.825**	**(9.102)**	**6.410.723**
Passivo							
circulante							
Provisões de constituição dos ativos	(c)	-	-	-	69.339	(15.960)	53.379
Outros		221.691	-	221.691	865.303	-	865.303
Total circulante		**221.691**	**-**	**221.691**	**934.642**	**(15.960)**	**918.682**
Não circulante							
Tributos e contribuições sociais diferido	(a)	-	-	-	206.653	126.140	332.793
Outros		296.514	-	296.514	2.345.927	-	2.345.927
Total não circulante		**296.514**	**-**	**296.514**	**2.552.580**	**126.140**	**2.678.720**
Patrimônio líquido	(a) e (b)	1.595.958	(62.825)	1.533.133	1.595.958	(62.825)	1.533.133
Participação de acionistas não controladores	(a) e (b)	-	-	-	1.336.645	(56.457)	1.280.188
Total patrimônio líquido + partic. de acionistas		**1.595.958**	**(62.825)**	**1.533.133**	**2.932.603**	**(119.282)**	**2.813.321**
Passivo total		**2.114.163**	**(62.825)**	**2.051.338**	**6.419.825**	**(9.102)**	**6.410.723**

O sumário dos ajustes e reclassificações realizados nas demonstrações do resultado em 30 de junho de 2012 e 2011 é apresentado como segue:

Demonstração do resultado		30/06/2012					
		Controladora			Consolidado		
		Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	(d)	-	-	-	603.064	18.447	621.511
Custos operacionais							
Custo dos serviços prestados	(d) e (e)	-	-	-	(26.676)	(5.446)	(32.122)
Depreciação / amortização	(b) e (d)	-	-	-	(20.211)	4.100	(16.111)
Outros		-	-	-	(89.509)	-	(89.509)
Lucro bruto		**-**	**-**	**-**	**466.668**	**17.101**	**483.769**
(Despesas) receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(d)	(4.316)	-	(4.316)	(23.252)	(225)	(23.477)
Pessoal	(d)	(4.330)	-	(4.330)	(14.248)	(106)	(14.354)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(d)	(4.769)	-	(4.769)	(8.794)	(197)	(8.991)
Equivalência patrimonial	(a) e (b)	148.259	2.787	151.046	-	-	-
Outras receitas		85	-	85	93	-	93
Outras despesas	(d) e (e)	(1.095)	-	(1.095)	(8.217)	4.454	(3.763)
		133.834	**2.787**	**136.621**	**(54.418)**	**3.926**	**(50.492)**
Lucro antes do resultado financeiro		**133.834**	**2.787**	**136.621**	**412.250**	**21.027**	**433.277**
Resultado financeiro	(d)	(17.944)	-	(17.944)	(108.080)	(1.988)	(110.068)
Lucro antes do IR/CS e acionistas não controladores		**115.890**	**2.787**	**118.677**	**304.170**	**19.039**	**323.209**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(d)	-	-	-	(35.426)	(3.905)	(39.331)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a) e (d)	-	-	-	(12.767)	(871)	(13.638)
		-	**-**	**-**	**(48.193)**	**(4.776)**	**(52.969)**
Lucro líquido do exercício		**115.890**	**2.787**	**118.677**	**255.977**	**14.263**	**270.240**
Atribuível a:							
Participação de acionistas controladores	(a) e (b)	115.890	2.787	118.677	115.890	2.787	118.677
Participação de acionistas não controladores	(a), (b) e (d)	-	-	-	140.087	11.476	151.563
		115.890	**2.787**	**118.677**	**255.977**	**14.263**	**270.240**
Lucro líquido por ação							
Básico e diluído - R$		**0,71**	**0,02**	**0,72**			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**	**163.910**	**163.910**			

Notas Explicativas

Demonstração do resultado		30/06/2011					
		Controladora			Consolidado		
		Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida		-	-	-	584.717	-	584.717
Custos operacionais							
Custo dos serviços prestados	(e)	-	-	-	(28.967)	(3.939)	(32.906)
Depreciação / amortização	(b)	-	-	-	(7.064)	2.989	(4.075)
Outros		-	-	-	(149.461)	-	(149.461)
Lucro bruto		**-**	**-**	**-**	**399.225**	**(950)**	**398.275**
(Despesas) receitas operacionais							
Equivalência patrimonial	(a) e (b)	121.176	(3.582)	117.594	-	-	-
Outras despesas		(21)	-	(21)	(7.074)	3.939	(3.135)
Outros	(e)	(11.808)	-	(11.808)	(38.139)	-	(38.139)
		109.347	**(3.582)**	**105.765**	**(45.213)**	**3.939**	**(41.274)**
Lucro antes do resultado financeiro		**109.347**	**(3.582)**	**105.765**	**354.012**	**2.989**	**357.001**
Resultado financeiro		(12.355)	-	(12.355)	(81.975)	-	(81.975)
Lucro antes do IR/CS e acionistas não controladores		**96.992**	**(3.582)**	**93.410**	**272.037**	**2.989**	**275.026**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	(36.966)	-	(36.966)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	-	-	-	(16.269)	(10.982)	(27.251)
		-	**-**	**-**	**(53.235)**	**(10.982)**	**(64.217)**
Lucro líquido do exercício		**96.992**	**(3.582)**	**93.410**	**218.802**	**(7.993)**	**210.809**
Atribuível a:							
Participação de acionistas controladores	(a) e (b)	96.992	(3.582)	93.410	96.992	(3.582)	93.410
Participação de acionistas não controladores	(a) e (b)	-	-	-	121.810	(4.411)	117.399
		96.992	**(3.582)**	**93.410**	**218.802**	**(7.993)**	**210.809**
Lucro líquido por ação							
Básico e diluído - R$		**0,59**	**(0,02)**	**0,57**			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**	**163.910**	**163.910**			

O sumário dos ajustes e reclassificações realizados nas demonstrações do fluxo de caixa em 30 de junho de 2012 e 2011 é apresentado como segue:

Demonstração do fluxo de caixa	30/06/2012					
	Controladora			Consolidado		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes do IR/CS e acionistas não controladores	115.890	2.787	118.677	304.170	19.039	323.209
Itens que não afetam as disponibilidades	(128.235)	(2.787)	(131.022)	153.938	(15.077)	138.861
Aumento/redução nas contas do ativo e passivo	391	-	391	(168.032)	5.052	(162.980)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(11.954)**	**-**	**(11.954)**	**290.076**	**9.014**	**299.090**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(296.455)	-	(296.455)	(421.752)	4.499	(417.253)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	307.952	-	307.952	139.300	(13.401)	125.899
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(457)**	**-**	**(457)**	**7.624**	**112**	**7.736**
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	729	-	729	26.543	-	26.543
No fim do exercício	272	-	272	34.167	112	34.279
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	**(457)**	**-**	**(457)**	**7.624**	**112**	**7.736**

Demonstração do fluxo de caixa	30/06/2011					
	Controladora			Consolidado		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes do IR/CS e acionistas não controladores	96.992	(3.582)	93.410	272.037	2.989	275.026
Itens que não afetam as disponibilidades	(89.317)	(16.162)	(105.479)	155.483	(44.273)	111.210
Aumento/redução nas contas do ativo e passivo	(4.077)	-	(4.077)	(294.456)	16.269	(278.187)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**3.598**	**(19.744)**	**(16.146)**	**133.064**	**(25.015)**	**108.049**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	78.587	141.440	220.027	(167.889)	73.659	(94.230)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(208.440)	-	(208.440)	(63.235)	-	(63.235)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(126.255)**	**121.696**	**(4.559)**	**(98.060)**	**48.644**	**(49.416)**
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	391.592	(386.984)	4.608	506.034	(442.145)	63.889
No fim do exercício	265.337	(265.288)	49	407.974	(393.501)	14.473
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	**(126.255)**	**121.696**	**(4.559)**	**(98.060)**	**48.644**	**(49.416)**

Adicionalmente as notas nº 4,6,7,8,9,10,11,12,13,14,16,17,18,19,21 e 22 foram aprimoradas nestas informações trimestrais. A nota explicativa 27 – Eventos subsequentes foi atualizada até a data de autorização para reapresentação das informações trimestrais.

Notas Explicativas

2.2. Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias ("informações contábeis") da Companhia, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, compreendem:

a) As informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado".

b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Controladora" ou "Individuais".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012, porém, aplicados de forma retroativa a partir de 01 de janeiro de 2009, data de transição adotada pela Companhia. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.3. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Notas Explicativas

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

2.4. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Notas Explicativas

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30/06/2012	31/12/2011
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	99,99	99,99
Genpower termoelétricas e participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	99,86	99,86
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos V S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos VI S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos VII S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos IX S.A.	Geração	51,00	-
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	42,51	42,51
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	60,00	60,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Transmissão	46,00	46,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
Transnorte Energia S.A. - TNE	Transmissão	51,00	51,00
ACE Comercializadora Ltda	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia	Serviços	100,00	100,00
Boa Vista Participações S.A.		80,00	-
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	25,51	25,51
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	Transmissão	40,02	40,02
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	40,02	40,02
Companhia Transleste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	Transmissão	42,51	42,51

Notas Explicativas

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Administracão da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresas relacionadas acima e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas, com exceção da Transudeste, ECTE, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX e Energia dos Ventos X, que são consolidadas de forma proporcional. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, são destacadas na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio liquido.

3. Sumário das Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. Como consequência, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

3.1 Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 1 de janeiro de 2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Notas Explicativas

Normas e interpretações de normas vigentes em/ou após 01 de janeiro de 2013.

IFRS 9 – Instrumentos financeiro*s*

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. Esta norma não trouxe impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 11 – Acordos de compartilhamento

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. Companhia espera que a adoção do IFRS 11 trará impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que o IFRS 11 elimina a escolha da política contábil existente de consolidação proporcional de empreendimentos controlados em conjunto. Com a adoção do IFRS 11 a equivalência patrimonial passará a ser obrigatória para os participantes de empreendimentos controlados em conjunto. Desta forma, a Companhia deixará de consolidar de forma proporcional as controladas Transudeste, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX, Energia dos Ventos X e Transchile.

Notas Explicativas

IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A adoção desta norma não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2013. A adoção desta norma não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 28 – Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Desta forma, a Companhia deixou de consolidar de forma proporcional as controladas Transudeste, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX, Energia dos Ventos X e Transchile e passou a efetuar o reconhecimento do investimento, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base na equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

IAS 19 – Benefícios a empregados *(Employee Benefits)*

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A adoção desta normanão trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2012. A adoção desta norma não trouxe impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Notas Explicativas

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação, em virtude de alguns direitos de veto de não controladores que são relevantes na fase pré-operacional, mas que perdem relevância na fase operacional.

A partir de 01 de janeiro de 2012 a Companhia passou a consolidar de forma integral a controlada ECTE. Este procedimento de consolidação passou a ser adotado em função do acordo de acionistas firmado entre a Companhia e a MDU Resources Luxemburgo II LLC ("MDU") prever que após a primeira transferência de ações a MDU obriga-se a votar em bloco com a Companhia em todas as matérias de Assembléias Gerais Ordinárias/eou Extraordinárias Não houve ajustes relevantes no valor justo dos ativos e passivos registrados e não foi identificado ativos intangíveis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalente de caixa:				
Caixa	126	95	17.827	12.844
Aplicações financeiras	146	634	16.452	13.699
	272	729	34.279	26.543

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Investimento de curto prazo:				
Aplicações financeiras	514.511	19.958	589.499	152.545
	514.511	19.958	589.499	152.545

4.1. Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa, que em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estavam sendo remuneradas em média na controladora e no consolidado à 100%% do CDI e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

Notas Explicativas

4.2. Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo e títulos públicos, e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estavam sendo remuneradas em aproximadamente 100% do CDI na controladora e consolidado.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Alupar Investimento S.A. (a)	-	170.535
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	-	6.914
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	-	518
	-	177.967
Não circulante		
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (c)	14.932	14.297
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	14.306	6.913
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (c)	3.938	3.843
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE (b)	2.076	2.138
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP (c)	2.659	6.803
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (b)	4.614	4.514
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	2.565	2.098
ETES - Empresa de Transmissão do Espírito Santo (b)	2.105	2.028
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (b)	6.916	6.617
Foz do Rio Claro Energia S.A. (b)	9.188	9.578
Ijuí Energia S.A. (b)	8.143	11.264
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	5.783	5.897
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	5.465	6.191
Companhia Transleste de Transmissão (b)	2.982	2.852
Companhia Transirapé de Transmissão (b)	1.978	1.902
Companhia Transudeste de Transmissão (b)	860	827
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (b)	3.448	-
	91.958	87.762

a) Os Títulos e valores mobiliários registrado na Companhia referem-se à integralização de capital efetuado pelo acionista FI-FGTS, em 28 de setembro de 2009, no montante de R$400.000. Em cumprimento ao acordo de acionistas firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, o valor integralizado pelo FI-FGTS ficou retido, e depositado em Fundo Exclusivo, denominado FI Energia, cuja rentabilidade média correspondia a 100% do CDI, formado basicamente de Títulos Públicos, e Certificados de Depósito Bancário emitidos por bancos de primeira linha conforme estatuto do fundo. A liberação do valor da integralização do FI-FGTS se deu em 5 tranches de R$80.000, com a condicionante da apresentação de comprovação de dispêndios realizados com os valores já liberados. Em 30 de junho de 2012, já havia sido liberado as 5 “tranches” e seus respectivos rendimentos.

b) O caixa registrado nas controladas referem-se a constituição de contas reservas definidas nos contratos de empréstimos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

c) Aplicação destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

6. Impostos a compensar e diferido

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de renda	-	-	5.767	10.155
Contribuição social	-	-	17.053	8.318
Imposto de renda retido na fonte	17.723	17.245	23.352	23.347
PIS	-	-	2.793	2.070
COFINS	-	-	13.274	10.455
INSS	-	-	303	113
Outros	437	-	2.749	4.912
	18.160	17.245	65.291	59.370
Não circulante				
PIS	-	-	4.428	5.718
COFINS	-	-	20.389	26.340
INSS	-	-	112	112
	-	-	24.929	32.170

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Não circulante		
Imposto de renda diferido	155	160
Contribuição social diferido	67	68
	222	228

7. Contrato de Concessão Publico – Privado

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Ativo financeiro da concessão	1.015.662	880.725
	1.015.662	880.725
Não circulante		
Ativo financeiro da concessão	3.119.034	3.025.272
	3.119.034	3.025.272

Notas Explicativas

Movimentação do ativo financeiro da concessão	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**3.905.997**
Receita de concessão de transmissão	50.693
Remuneração do ativo financeiro	458.233
Receita de infraestrutura	68.094
Ativo financeiro adquirido em transação de capital	153.072
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(501.393)
Saldo em 30 de junho de 2012	**4.134.696**

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 9 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

8. Investimentos

A movimentação do investimento no período é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Adições	Variação cambial de controladas no exterior	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:						
Alupar Inversiones Peru	(1.041)	-	-	-	(98)	(1.139)
Transminas Holding S.A.	63.740	-	-	(4.519)	6.113	65.334
Foz do Rio Claro Energia S.A.	70.039	-	-	-	(1.528)	68.511
Ijuí Energia S.A.	94.099	-	-	-	(2.793)	91.306
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	12.146	-	-	-	280	12.426
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	12.039	-	-	-	(362)	11.677
Ferreira Gomes Energia S.A	117.624	35.001	-	-	(368)	152.257
Genpower termoelétricas e participações S.A.	(70)	-	-	-	(22)	(92)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	394.228	70	-	(32.061)	62.710	424.947
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	188.227	-	-	(13.146)	23.387	198.468
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	47.650	-	-	-	4.119	51.769
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	84.455	-	-	(7.001)	12.255	89.709
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	169.327	-	-	(15.433)	26.565	180.459
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	38.149	-	-	(5.383)	5.135	37.901
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	48.798	-	-	(5.548)	7.774	51.024
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	23.394	978	-	-	60	24.432
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.535	-	-	-	3.967	51.502
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	6.403	1.434	-	-	428	8.265
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	6.577	-	-	(584)	764	6.757
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	22.271	-	-	(622)	3.793	25.442
Transnorte Energia S.A.	-	7.141	-	-	35	7.176
Risaralda Energia SAS ESP	-	6.426	1.195	-	(1.168)	6.453
	1.445.590	51.050	1.195	(84.297)	151.046	1.564.584
Terrenos	5.756	(70)	-	-	-	5.686
Outros	1	-	-	-	-	1
	1.451.347	50.980	1.195	(84.297)	151.046	1.570.271

Notas Explicativas

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentadas a seguir:

30/06/2012									
Dados das Controladas/Coligadas					Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	AFAC Alupar	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	3.612.792	(1.138)	-	(93)	3.612.792	-	3.612.792	100,00%	(1.139)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	91.742	-	8.733	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	65.336
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	102.009	35.000	(3.054)	41.008.200	-	41.008.200	50,01%	68.512
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	122.600	60.000	(5.584)	42.058.410	-	42.058.410	50,01%	91.306
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	49.680	-	1.118	10.959.038	-	10.959.038	25,01%	12.426
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.136	46.688	-	(1.449)	11.300.320	-	11.300.320	25,01%	11.677
Ferreira Gomes Energia S.A	153.081.529	152.258	-	(297)	153.081.529	-	153.081.529	100,00%	152.257
Genpower termoelétricas e participações S.A.	1.200	(179)	-	(42)	612	-	612	51,00%	(92)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	849.865	-	125.370	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	424.947
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	389.150	-	45.855	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	198.467
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	51.765	-	4.115	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	51.769
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	179.364	-	24.501	13.505.150	9.001.845	22.506.995	50,02%	89.708
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	360.837	-	53.117	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	180.458
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	36.940.800	75.785	-	10.267	18.475.367	-	18.475.367	50,01%	37.901
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	120.013	-	18.177	17.896.575	-	17.896.575	42,51%	51.023
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	42.172.251	40.721	-	101	25.303.351	-	25.303.351	60,00%	24.432
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.793.590	111.961	-	8.625	44.985.051	-	44.985.051	46,00%	51.502
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	7.734.456	8.265	-	428	7.734.456	-	7.734.456	100,00%	8.265
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	30.482.700	45.052	-	5.098	4.572.179	-	4.572.179	15,00%	6.758
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	78.340.000	127.202	-	18.965	15.668.000	-	15.668.000	20,00%	25.442
Transnorte Energia S.A.	34.001.000	14.070	-	69	2.550.510	-	2.550.510	51,00%	7.176
Risaralda Energia SAS ESP	6.911	6.462	-	(1.170)	6.911	-	6.911	100,00%	6.453
									1.564.584

31/12/2011									
Dados das Controladas/Coligadas					Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	AFAC Alupar	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	625.179	(1.041)	-	(1.098)	625.178	-	625.178	100,00%	(1.041)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	91.031	-	15.998	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	63.740
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	105.063	35.000	(6.347)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	70.040
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	128.185	60.000	(1.526)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	94.098
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	48.562	-	4.256	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	12.146
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	48.137	-	1.019	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	12.039
Ferreira Gomes Energia S.A	118.081.525	117.626	-	(393)	118.081.525	-	118.081.525	99,99%	117.624
Genpower termoelétricas e participações S.A.	1.200	(137)	-	(138)	612	-	612	51,00%	(70)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	788.319	-	198.570	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	394.228
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	369.072	-	74.993	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	188.227
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	47.650	-	12.253	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	47.650
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	168.858	-	44.046	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	84.455
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	338.579	-	90.816	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	169.327
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32.645.372	76.278	-	18.179	18.475.367	-	18.475.367	50,01%	38.149
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	114.882	-	30.054	17.896.575	-	17.896.575	42,51%	48.798
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	32.001.000	38.990	-	2.855	22.578.506	-	22.578.506	60,00%	23.394
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	103.336	-	14.410	40.479.999	-	40.479.999	46,00%	47.535
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	2.001.000	6.403	-	102	7.300.997	-	7.300.997	100,00%	6.403
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	28.070.000	43.848	-	7.759	4.572.179	-	4.572.179	15,00%	6.577
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	111.345	-	12.415	15.668.000	-	15.668.000	20,00%	22.271
									1.445.590

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

9. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado		
	Taxa média anual de depreciação	30/06/2012	31/12/2011
Em serviço			
Custo			
Terrenos		39.186	38.793
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	598.211	599.434
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	4%	170.192	170.121
Máquinas e Equipamentos	4%	505.094	466.592
Veículos	18%	901	885
Móveis e Utensílios	10%	1.756	1.478
Total custo		**1.315.340**	**1.277.303**
Depreciação			
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(16.121)	(9.651)
Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias		(5.858)	(3.875)
Máquinas e Equipamentos		(19.010)	(11.931)
Veículos		(192)	(226)
Móveis e Utensílios		(628)	(497)
Total depreciação		**(41.809)**	**(26.180)**
Total em serviço		**1.273.531**	**1.251.123**
Em curso		506.168	380.088
Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação		-	114
Total Imobilizado		**1.779.699**	**1.631.325**

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

A movimentação do imobilizado em 30 de junho de 2012 é composto da seguinte forma:

	Em serviço								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Arrendamento Financeiro	Total
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**38.793**	**599.434**	**170.121**	**466.592**	**885**	**1.478**	**380.088**	**114**	**1.657.505**
Adições	-	-	154	130	-	230	166.951	-	167.465
Baixas	-	(1.223)	(119)	(1.021)	(167)	-	(849)	-	(3.379)
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	-	-	-	13	-	18	-	-	31
Transferências	393	-	36	39.380	183	30	(40.022)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2012	**39.186**	**598.211**	**170.192**	**505.094**	**901**	**1.756**	**506.168**	**114**	**1.821.622**

	Em serviço						
	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cívis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro	Total
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(9.651)**	**(3.875)**	**(11.931)**	**(226)**	**(497)**	**-**	**(26.180)**
Adições	(6.470)	(1.983)	(7.075)	(80)	(119)	(114)	(15.841)
Baixas	-	-	-	114	-	-	114
Imobilizado adquirido em transação de capital (*)	-	-	(4)	-	(12)	-	(16)
Saldo em 30 de junho de 2012	**(16.121)**	**(5.858)**	**(19.010)**	**(192)**	**(628)**	**(114)**	**(41.923)**

Notas Explicativas

Atualmente a controlada Ferreira Gomes está em fase pré-operacional, e prevê a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora até 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora até 30 de abril de 2015, conforme cronograma do contrato de concessão. O valor investido por esta controlada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foi de R$ 165.983. A Companhia e outras controladas também efetuaram investimento em seu ativo imobilizado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, no montante de R$ 1.415.

10. Intangível

A composição do ativo intangível é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média anual de amortização	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Outros intangíveis					
Outros intangíveis - custo	10%	552	495	22.525	15.086
Outros intangíveis - amortização		(227)	(178)	(640)	(1.854)
Total outros intangíveis		**325**	**317**	**21.885**	**13.232**
Intangível gerado na aquisição de ações					
Ágio na aquisição de ações	3%	8.157	8.157	26.865	26.865
Amortização		-	-	(2.663)	(2.308)
Total de ágio gerado na aquisição de ações		**8.157**	**8.157**	**24.202**	**24.557**
Projeto em desenvolvimento		83.005	74.488	84.672	75.380
Total intangível		**91.487**	**82.962**	**130.759**	**113.169**

Ágio na aquisição de ações

Queluz e Lavrinhas: Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração da concessão e será amortizado a partir do momento em que os empreendimentos PCH Queluz e PCH Lavrinhas entrarem em operação, pelo prazo remanescente da concessão de forma linear. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	30/06/2012	31/12/2011
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
Outros	247	247
	8.157	8.157

Os saldos do ágio registrado na EATE em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão assim compostos:

	30/06/2012	31/12/2011
Ágio	18.708	18.708
Amortização de ágio	(2.663)	(2.308)
	16.045	16.400

Notas Explicativas

Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE´s, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A movimentação do intangível em 30 de junho de 2012 é composto da seguinte forma:

	Consolidado				
	Outros intangíveis - custo	Ágio na aquisição de ações	Projeto em desenvolvimento	Amortização	Total
Em Serviço/Curso					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**15.086**	**26.865**	**75.380**	**(4.162)**	**113.169**
Intangível adquirido em transação de capital (*)	100	-	54	(92)	62
Adições	8.934	-	9.238	(461)	17.711
Baixas	(1.595)	-	-	1.412	(183)
Saldo em 30 de junho de 2012	**22.525**	**26.865**	**84.672**	**(3.303)**	**130.759**

11. Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido

a) Imposto de renda e contribuição social corrente e outros tributos a pagar

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de renda	30.126	30.511
Contribuição social	34.191	34.362
ICMS	4.137	4.330
PIS	1.338	1.400
COFINS	4.909	5.418
INSS	1.116	2.422
Outros	2.009	5.750
	77.826	84.193

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Não circulante		
Imposto de renda diferido	221.082	195.390
Contribuição social diferido	146.056	137.403
	367.138	332.793

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 13 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

12. Provisão de Constituição de Ativos

As provisões de constituição de ativos em 30 de junho de 2012, no montante de R$ 65.240 (R$ 39.636 no passivo circulante e R$25.604 no passivo não circulante) são vinculadas à usina de Queluz, Lavrinhas, Foz e Ijuí, e referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras. Em 31 de dezembro de 2011, havia o montante de R$ 53.379 no passivo circulante. Entre as principais obrigações destacam-se custos com equipamentos para medição de pluviometria e sedimentação, instrumentação, fornecimento de bens, materiais e serviços de supervisão, montagem, comissionamento e operação assistida.

Notas Explicativas

13. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Encargos de dívidas - circulante				
Moeda estrangeira	-	-	147	166
Moeda nacional	166	841	11.351	11.175
Debêntures	11.008	1.371	22.515	4.577
	11.174	2.212	34.013	15.918
Encargos de dívidas - não circulante				
Moeda nacional	-	-	77.598	87.936
Debêntures	3.095	2.298	3.095	4.084
	3.095	2.298	80.693	92.020
Empréstimos e financiamentos - circulante				
Moeda estrangeira	-	-	2.822	2.620
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	5.362	84.963	242.010	342.508
	5.362	84.963	244.832	345.128
Empréstimos e financiamentos - não circulante				
Moeda estrangeira	-	-	12.254	12.683
Moeda nacional (incluí arrendamento mercantil)	50.434	55.615	1.353.948	1.294.202
	50.434	55.615	1.366.202	1.306.885
Debêntures - circulante				
Moeda nacional	81.803	81.803	382.641	222.027
	81.803	81.803	382.641	222.027
Debêntures - não circulante				
Moeda nacional	690.858	240.858	1.115.357	860.200
	690.858	240.858	1.115.357	860.200
Custo de transação a amortizar - circulante				
Moeda nacional	-	-	-	(11)
Debêntures	-	-	(1.375)	(1.461)
	-	-	(1.375)	(1.472)
Custo de transação a amortizar - não circulante				
Moeda nacional	(514)	(557)	(823)	(797)
Debêntures	(3.571)	(3.299)	(4.770)	(4.985)
	(4.085)	(3.856)	(5.593)	(5.782)
Circulante	98.339	168.978	660.111	581.601
Não circulante	740.302	294.915	2.556.659	2.253.323
Total geral	**838.641**	**463.893**	**3.216.770**	**2.834.924**

	Consolidado					
Moeda estrangeira	30/06/2012					
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**Moeda**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Dívida**		
				Encargos circulante	**Principal circulante**	**Principal não circulante**
Empresas Operacionais						
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	245	1.511
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	115	964	3.856
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	2	110	660
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	7	784	1.830
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	5	252	1.554
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	3	114	685
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	243	1.498
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	110	660
				147	2.822	12.254

Notas Explicativas

	Consolidado					
Moeda estrangeira	**31/12/2011**					
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**Moeda**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Dívida**		
				Encargos circulante	**Principal circulante**	**Principal não circulante**
Empresas Operacionais						
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	226	1.510
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	128	895	4.026
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	4	102	661
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	11	729	2.065
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	234	1.562
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	2	106	690
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	226	1.505
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	2	102	664
				166	2.620	12.683

	Consolidado							
Moeda nacional	**30/06/2012**							
Instituições financerias / credores	**Vencimento**	**(% a.a.) Taxa efetiva**	**Dívida**				**Custo de transação a amortizar**	
			Encargos circulante	**Encargos não circulante**	**Principal circulante**	**Principal não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empréstimos e financiamentos:								
Empresas Operacionais								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2014	Juros de 8,73%	-	-	169	195	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	41	-	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2025	Juros de 10,00%	580	-	-	36.800	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	(9)	-	16.186	4.256	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	93	-	631	204.827	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	52	-	772	9.693	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	31	-	1.041	6.420	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	172	-	2.552	29.774	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	14	-	470	2.822	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	934	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	486	-	10.962	130.631	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	87	-	2.301	23.639	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	21	-	1.508	9.669	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.646	36.603	12.347	170.803	-	-
BNDES - IJUÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.392	34.479	10.314	148.733	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	474	5.652	9.968	118.268	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	946	-	2.995	35.313	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50%	219	-	5.498	31.200	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	74	864	11.027	128.653	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	125	-	3.769	33.292	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	5	-	755	566	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	31	-	1.084	6.686	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	14	-	490	2.940	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	39	-	2.889	18.540	-	-
BNDES - ETEM	2026	TJLP + 2,44%	157	-	3.356	43.068	-	-
BNDES - TME (*)	2026	TJLP + 3,60%	151	-	2.848	36.746	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	166	-	5.193	50.239	-	(514)
BTG - Ferreira Gomes	2012	CDI + 1,50%	335	-	40.000	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	31	-	1.041	6.420	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	14	-	470	2.823	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9.85%	21	-	1.657	4.435	-	-
Unibanco - STC	2022	TJLP + 2,41 %	171	-	5.144	45.441	-	-
Outros - Genpower	2012	-	-	-	-	155	-	-
Empresas Pré-operacionais								
BNDES - Ferreira Gomes (em liberação)	-	-	-	-	-	-	-	(240)
Banco do Brasil - ETVG	2026	Juros de 10%	62	-		9.967	-	(69)
Santander - Ferreira Gomes	2012	CDI + 1,50%	533	-	55.000	-	-	-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A - Ferreira Gomes	2013	114,5% do CDI	1.216	-	29.400	-	-	-
			11.351	77.598	242.010	1.353.948	-	(823)
Debêntures:								
Empresas Operacionais								
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	1.563	2.827	81.803	90.858	-	(1.725)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	294	-	-	150.000	-	(1.053)
4ª Emissão - Alupar	2018	CDI + 1,45%	6.230	268	-	150.000	-	(732)
5ª Emissão - Alupar	2027	IPCA+ 7,8%	2.921	-	-	300.000	-	(61)
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	982	-	78.540	216.009	(413)	(490)
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	518	-	41.452	114.005	(237)	(280)
HSBC Corretora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	205	-	16.363	45.002	(110)	(130)
HSBC Corretora de Títulos - ETEP	2016	112,5% CDI	(24)		14.483	49.483	(56)	(299)
Empresa Pré-operacional								
Itaú BBA - Ferreira Gomes	2013	115% CDI	9.826	-	150.000	-	(559)	-
			22.515	3.095	382.641	1.115.357	(1.375)	(4.770)
			33.866	80.693	624.651	2.469.305	(1.375)	(5.593)

Notas Explicativas

	Consolidado							
Moeda nacional	31/12/2011							
Instituições financerias / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar	
			Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:								
Empresas Operacionais								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2014	Juros de 8,73%	-	-	194	266	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	48	24	(11)	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,60%	293	-	16.100	-	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,55%	675	-	23.000	36.800	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	39	-	420	4.572	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	36	-	1.041	6.940	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	187	-	2.552	31.050	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	1.001	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	145	-	15.446	212.920	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	58	-	788	10.080	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	538	-	10.962	136.113	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e 2,38%	170	-	2.301	24.730	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	180	-	1.508	10.296	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.578	36.747	12.503	178.162	-	-
BNDES - IJUÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.345	34.598	10.502	154.900	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	848	10.535	9.544	118.501	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	246	-	2.995	36.816	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50%	79	-	4.458	12.631	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a 2,22	501	6.056	10.676	129.004	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	140	-	3.769	35.176	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	7	-	755	944	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	35	-	1.084	7.228	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	16	-	489	3.184	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	45	-	2.889	19.984	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	283	-	4.769	55.348	-	(557)
Itaú BBA - ETEM	2012	114% CDI	515	-	45.400		-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	35	-	1.041	6.940	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
Santander - Alupar	2012	CDI + 1,45%	559	-	80.000	-	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	23	-	1.658	4.686	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41 %	191	-	5.144	48.013	-	-
Empresas Pré-operacionais								
Bando do Brasil - ETVG	2026	Juros de 10%	2	-	-	1.777	-	-
BNDES - Ferreira Gomes (em liberação)	-	-	-	-	-	-	-	(240)
Santander - Ferreira Gomes	2012	CDI + 1,50%	102	-	40.000	-	-	-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A - Ferreira Gomes	2013	114,5% do CDI	270	-	29.400	-	-	-
			11.175	87.936	342.508	1.294.202	(11)	(797)
Debêntures:								
Empresas Operacionais								
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPCA+8,95%	936	2.298	81.803	90.859	-	(2.073)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	435	-	-	150.000	-	(1.203)
4ª Emissão - Alupar	2018	CDI + 1,45%	-	-	-	-	-	(23)
HSBC Corretora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	1.542	-	78.540	255.279	(476)	(681)
HSBC Corretora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	814	-	41.452	134.732	(273)	(390)
HSBC Corretora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	136	-	6.955	22.605	(54)	(77)
HSBC Corretora de Títulos - ETEP	2016	112,5% CDI	714		13.277	56.725	(145)	(293)
Empresa Pré-operacional								
Itaú BBA - Ferreira Gomes	2013	115% CDI	-	1.786	-	150.000	(513)	(245)
			4.577	4.084	222.027	860.200	(1.461)	(4.985)
			15.752	92.020	564.535	2.154.402	(1.472)	(5.782)

(*) O valor destes contratos estão ajustado pela parcela de participação da controladora na controlada em conjunto.

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 30 de junho de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

As cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

Notas Explicativas

Debêntures

Em 03 de fevereiro de 2012 foi efetuada pela Companhia a Quarta emissão de Debêntures Simples, não comversíveis em ações, com as seguintes condições:

-Quantidade: 15.000 (quinze mil) debêntures;
-Valor unitário: R$10 (dez mil reais) cada;
-Valor total da emissão: R$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais);
-Prazo de vencimento: 6 anos a partir da data de emissão;

Características:

i) taxa de juros a ser definida em processo de bookbuilding, sendo remuneração teto de CDI + 1,45% ao ano.;

ii) amortizações semestrais, iguais e sucessivas a partir do 5º ano;

iii) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 4ª Emissão.

Em 30 de maio de 2012 foi efetuada pela Companhia a Quinta emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com as seguintes condições:

-Quantidade: 300 (trezentas) debêntures;
-Valor unitário: R$1.0000 (um milhão de reais) cada;
-Valor total da emissão: R$300.000 (trezentos milhões de reais);
-Data de vencimento: 30 de maio de 2012;

Características:

i) taxa de juros de 7,8% ao ano, calculados pro rata temporis por dias úteis, com base em um ano de 252 dias úteis;

ii) o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário será atualizado a partir da data de emissão, pela variação do IPCA;

iii) o valor nominal unitário das debêntures será pago em 12 parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 30 de junho de 2016;

iv) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 5ª Emissão.

Notas Explicativas

Empréstimos e Financiamentos

Em 29 de maio de 2012, a controlada Ferreira Gomes captou junto ao Banco BTG Pactual S.A. o montante de R$ 40.000, cujo empréstimo possui encargo de 1,50% + 100% do CDI com vencimento no dia 18 de julho de 2012.

Em 22 de junho de 2012, a Controlada Ferreira Gomes captou empréstimos junto ao Banco Santander no montante de R$ 15.000 sob o encargo de 100 % do CDI + 1,40%.

No dia 18 de julho de 2007 a Transchile celebrou contrato com o Inter-American Development Bank, no montante de US$ 51.014, cuja remuneração variável é equivalente a 2,549% em 30 de setembro de 2012 (LIBOR + Spread que varia de 1,50% a 1,60% ao ano) e remuneração fixa equivalente a 5,78% em 30 de setembro de 2012 (Taxa Fixa do Mercado de Swap + Spread que varia de 1,50% a 1,60% ao ano + 1,125% ao ano).

Em maio de 2012 a controlada TME liquidou dois empréstimos pontes com o Banco do Brasil no montante de R$35.000 e R$50.000. Estes empréstimos foram substituídos por um empréstimo captado junto ao BNDES no montante de R$87.300 com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 6% a.a. + spread (3,6 % a.a. como taxa pré-fixada), com vencimento mensal, sendo a primeira em 15 de junho de 2012 e a última em 15 de maio de 2026.

Em janeiro de 2012 a controlada ETEM liquidou um empréstimo com o Banco Itaú no montante de R$ 45.400. Este empréstimo foi substituído por um empréstimo captado junto ao BNDES no montante de R$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal, sendo a primeira em 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026.

Notas Explicativas

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos ao custo de construção do ativo imobilizado em curso. Os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado em curso até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização. Os juros capitalizados no período de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foi no montante de R$ 12.081 e R$ 26.070, respectivamente.

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Juros capitalizados	12.081	26.070
Ativo imobilizado	12.081	13.278
Ferreira Gomes Energia S.A	12.081	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	6.230
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	7.048
Ativo intangível	-	12.792
Ijuí Energia S.A.	-	12.792

b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Consolidado							
Moeda nacional e estrangeira	Saldo incial	Ingresso de dívidas	Empréstimos adquiridos em transação de capital	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financerias / credores	31/12/2011							30/06/2012
Empréstimos e financiamentos (incluí arrendamento mercantil):								
Moeda Nacional	1.735.013	189.223	-	68.869	-	(241.099)	(67.922)	1.684.084
Moeda Estrangeria	15.469	-	-	533	1.049	(1.275)	(553)	15.223
	1.750.482	189.223	-	69.402	1.049	(242.374)	(68.475)	1.699.307
Debêntures:								
Moeda Nacional	1.084.442	449.431	39.990	67.306	-	(73.466)	(50.240)	1.517.463
	1.084.442	449.431	39.990	67.306	-	(73.466)	(50.240)	1.517.463
	2.834.924	638.654	39.990	136.708	1.049	(315.840)	(118.715)	3.216.770

c) Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeria		Moeda nacional
	R$	US$ mil	R$	R$
2013	91.109	708	1.430	227.379
2014	90.119	1.396	2.821	363.157
2015	84.694	1.332	2.691	358.685
2016	24.995	1.008	2.037	193.298
2017	124.985	769	1.555	246.778
2019 a 2027	324.400	851	1.720	1.155.108
	740.302	6.063	12.254	2.544.405

Notas Explicativas

14. Provisões para Litígios

a) A composição dos litígios é como segue:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Processos judiciais				
Fiscal	2.370	3.057	2.479	3.141
Cível	796	38	3.742	3.000
Fundiário	2.037	2.037	682	586
Trabalhista	372	833	168	437
	5.575	5.965	7.071	7.164
Circulante	38	48	416	302
Não circulante	5.537	5.917	6.655	6.862
	5.575	5.965	7.071	7.164

b) A movimentação dos litígios é como segue:

	Saldo incial 31/12/2011	Ingressos	Atualizações	Baixas	Contingências adquiridas em transação de capital (*)	Saldo final 30/06/2012
Processos judiciais						
Fiscal	3.057	-	59	-	-	3.116
Cível	38	12	-	-	-	50
Fundiário	2.037	-	-	-	-	2.037
Trabalhista	833	-	-	(507)	46	372
	5.965	12	59	(507)	46	5.575

15. Patrimônio Líquido

Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Notas Explicativas

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado"

Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2012 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda	134.666.992	82,16
FI - FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	163.910.000	100,00

Reserva de capital

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R$ 86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU Resources Luxemburgo II LLC ("MDU"). Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R$ 4.872, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R$ 1.875. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Dividendo obrigatório

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Notas Explicativas

16. Resultado por Ação

Resultado por Ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011:

	30/06/2012	30/06/2011
Numerador:		
Resultado do período	118.677	93.464
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de acões ordinárias	163.910	163.910
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,72404	0,57022

17. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Receita Bruta		
Receita de transmissão de energia	50.693	47.500
Suprimento de energia	85.358	116.808
Remuneração do ativo de concessão	458.233	388.299
Receita de infra-estrutura	68.094	67.034
	662.378	619.641
Deduções		
PIS	(4.264)	(4.074)
COFINS	(19.663)	(16.119)
ICMS	(551)	(1.240)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(11.689)	(9.624)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.700)	(3.867)
	(40.867)	(34.924)
Receita Operacional líquida	**621.511**	**584.717**

Notas Explicativas

18. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	12.188	19.744	19.639	27.093
Outros	2.017	575	2.394	9.767
Total	**14.205**	**20.319**	**22.033**	**36.860**
Despesas Financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(32.089)	(32.315)	(127.852)	(115.421)
Variação cambial	-	-	(155)	(102)
Outros	(60)	(359)	(4.094)	(3.312)
Total	**(32.149)**	**(32.674)**	**(132.101)**	**(118.835)**
Total Líquido	**(17.944)**	**(12.355)**	**(110.068)**	**(81.975)**

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei 11.941/09. A Companhia e suas controladas optaram por adotar o RTT.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas controladas diretamente e indiretamente pela Companhia sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste, Transudeste, ETES, ETEM, TME, ETVG, AF, Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social no resultado consolidado da Companhia em 30 de junho de 2012 foi de 8%.

Notas Explicativas

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Demonstração do cáculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	**118.677**	**118.677**	**93.410**	**93.410**
Juros sobre capital próprio	12.237	12.237	17.914	17.914
Equivalência patrimonial	(151.046)	(151.046)	(117.594)	(117.594)
Outros	256	256	1.017	1.017
Lucro ajustado	**(19.876)**	**(19.876)**	**(5.253)**	**(5.253)**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
	(4.969)	**(1.789)**	**(1.313)**	**(473)**
Prejuízo fiscal sem crédito tributário	4.969	1.789	1.313	473
Total da despesa com tributos	**-**	**-**	**-**	**-**
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**

	Consolidado			
	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	18.463	20.868	17.182	19.784
Diferidos	7.892	5.746	20.491	6.760
Total	**26.355**	**26.614**	**37.673**	**26.544**
b) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	323.209	323.209	275.026	275.026
Total da despesa com tributos	26.355	26.614	37.673	26.544
Alíquota efetiva	**-8%**	**-8%**	**-14%**	**-10%**

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 21 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

20. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle de 19 empresas transmissoras de energia elétrica, 4 UHEs e 2 PCHs. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru, os detalhes destas controladas estão descritas na nota nº 1.

Notas Explicativas

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
Parte relacionada / transação	**30/06/2012**	**31/12/2011**
Ativo circulante	29.774	24.332
Investimento de curto-prazo		
Caixa Econômica Federal (*)	398.323	196
Títulos e valores mobiliários		
Caixa Econômica Federal (*)	-	170.535
Dividendos a receber	18.114	17.711
Transminas Holding S.A.	3.641	3.480
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	10.294	11.109
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.658	1.036
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	1.324	889
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	1.197	1.197
Juros sobre capital próprio	11.660	6.621
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	5.755	-
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	-	630
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	2.624	4.732
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	1.428	-
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	594	-
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.259	1.259
Ativo não-circulante	314.411	278.499
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Foz do Rio Claro Energia S/A	50.870	49.420
Ijuí Energia S.A.	146.176	146.176
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	36.536	28.436
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	60.284	46.783
Ferreira Gomes Energia S.A	13.000	-
Alupar Inversiones Peru	1.359	1.219
AF Energia	39	39
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	326	-
Transnorte Energia S.A.	4.000	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	1.169	6.426
ACE Comercializadora LTDA	41	-
Energia dos Ventos S.A.	611	-
Passivo circulante	50.474	47.553
Dividendos a pagar	47.553	47.553
FI FGTS - 5ª Emissão	2.921	-
Debêntures - Passivo não-circulante		
FI FGTS - 5ª Emissão	299.939	-
Demonstração do resultado		
Receitas financeiras		
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	8.890	14.020
Despesas financeiras		
FI FGTS - Debêntures	2.921	-

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

Notas Explicativas

Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2012
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	55.084
23/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	142.079
-	Dispensado	ERTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 04.2.123.3.1	Penhor de Ações - garantia compartilhada	54.393	10/05/04	15/10/15	17.545
16/02/12	Conselho de Administração	ERTE	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.0058.1	Penhor de Ações - garantia compartilhada	30.129	29/03/12	15/10/26	21.993
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	46.581
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	26.027
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	11.198
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	9.960
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith	Prestação de Garantias (Fiança)	152.910	05/05/11	01/04/13	-
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Abertura De Linha de Crédito Para Celebração de Operações de Mútuo - Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	29.400	15/07/11	01/10/12	30.616
12/09/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270662011	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	04/10/11	06/07/12	20.486
12/09/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270734811	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	31/10/11	06/08/12	20.017
07/11/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures	Prestação de Garantias (Fiança)	150.000	28/11/11	28/05/13	159.290
18/04/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2a Emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/12	30/05/14	(23)
26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270543911	Prestação de Garantias (Aval)	40.000	26/08/11	24/11/11	-
29/05/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº CCB039/12	Prestação de Garantias (Aval)	40.000	29/05/12	29/06/12	40.335
22/06/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270653512	Prestação de Garantias (Aval)	15.000	22/06/12	06/08/12	15.030
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	222.399
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.299	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	847	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	542	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	663	04/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	195.918
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	134.171
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	03/08/10	15/04/25	-
	Dispensado	Lumitrans	Alupar	UNIBANCO Financiamento - 044.459276-2	Penhor das Ações (ALUPAR/AUTO INVEST)	13.849	22/11/07	23/11/21	6.113
	Dispensado	Lumitrans	Alupar	UNIBANCO/ITAÚ Financiamento - 10.459.107-9	Penhor das Ações (ALUPAR/AUTO INVEST)	48.526	03/01/08	15/04/22	39.254
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	140.618
14/06/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	-
	Dispensado	STC	Alupar	Financiamento UNIBANCO - 31/506.347-4	Fiança Alupar EATE	3.387	17/02/09	15/03/14	1.326
04/12/07	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 07.2.0842.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.386	28/12/07	15/04/22	37.186
15/12/08	Assembléia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	205.551
19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	20.433
25/11/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 420.500.920	Prestação de aval e de penhor de ações	85.000	25/11/11	21/05/12	-
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474 5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	81.259
25/11/12	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	86.404
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/10, dada a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.

Notas Explicativas

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n° 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembléia Geral realizada em 23 de março de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R$7.400 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2012/2013.

Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuem os seguintes saldos envolvendo Partes Relacionadas:

	Consolidado	
Outras partes relacionadas	**30/06/2012**	**31/12/2011**
Ativo circulante		
Adiantamento a Fornecedores - Alusa	**14.476**	**20.837**
Ferreira Gomes	14.476	20.837
Passivo circulante	**18.269**	**26.865**
Fornecedores - Alusa	**3.068**	**3.113**
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	388	388
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	45
Ijuí Energia S.A.	2.680	2.680
Provisões pré-operacionais - Alusa	**15.201**	**23.752**
Foz do Rio Claro Energia S.A.	203	203
Ijuí Energia S.A.	3.682	3.682
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	6.052	9.344
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	5.264	10.523

Notas Explicativas

21. Instrumentos Financeiros

21.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

a) Aplicações financeiras;
b) Títulos e valores mobiliários;
c) Contas a receber de clientes;
d) Ativo financeiro da concessão;
e) Cauções e depósitos judiciais;
f) Fornecedores;
g) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida; e
h) Debêntures.

21.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações Financeiras	605.951	605.951	166.244	166.244
Títulos e valores mobiliários	91.958	91.958	265.729	265.729
Contas a receber de clientes	123.001	123.001	119.865	119.865
Ativo financeiro da concessão	4.134.696	4.134.696	3.905.997	3.905.997
Cauções e depósitos judiciais	7.071	7.071	7.164	7.164
	4.962.677	4.962.677	4.464.999	4.464.999
Passivo				
Fornecedores	90.471	90.471	57.606	57.606
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.699.307	1.699.307	1.750.482	1.750.482
Debêntures	1.517.463	1.517.463	1.084.442	1.084.442
	3.307.241	3.307.241	2.892.530	2.892.530

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

As aplicações financeiras, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Notas Explicativas

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

As debêntures das controladas ETPE, ECTE, Ferreira Gomes, Transirapé e da controlada em conjunto Transudeste que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2012.

24.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/06/2012	Mensuração do valor justo		
		Nivel I	Nivel II	Nivel III
Ativo financeiros				
Aplicações Financeiras	605.951	605.951	-	-
Títulos e valores mobiliários	91.958	91.958	-	-
Ativo financeiro da concessão	4.134.696	-	4.134.696	-
	4.832.605	697.909	4.134.696	-

	Consolidado			
	31/12/2011	Mensuração do valor justo		
		Nivel I	Nivel II	Nivel III
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	166.244	166.244	-	-
Títulos e valores mobiliários	265.729	265.729	-	-
Ativo financeiro da concessão	3.905.997	-	3.905.997	-
	4.337.970	431.973	3.905.997	-

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

21.3 Instrumentos Financeiros por Categoria (saldos contábeis)

	Consolidado		
	30/06/2012		
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	605.951	-	605.951
Títulos e valores mobiliários	91.958	-	91.958
Contas a receber de clientes	-	123.001	123.001
Ativo financeiro da concessão	-	4.134.696	4.134.696
Cauções e depósitos judiciais	-	7.071	7.071
	697.909	4.264.768	4.962.677
Passivo			
Fornecedores	-	90.471	90.471
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	1.699.307	1.699.307
Debêntures - incluem encargos	-	1.517.463	1.517.463
	-	3.307.241	3.307.241

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	166.244	-	166.244
Títulos e valores mobiliários	265.729	-	265.729
Contas a receber de clientes	-	119.865	119.865
Ativo financeiro da concessão	-	3.905.997	3.905.997
Cauções e depósitos judiciais	-	7.164	7.164
	431.973	4.033.026	4.464.999
Passivo			
Fornecedores	-	57.606	57.606
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	1.750.482	1.750.482
Debêntures - incluem encargos	-	1.084.442	1.084.442
	-	2.892.530	2.892.530

21.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

Durante o segundo trimestre de 2012, a controlada em conjunto TNE, autorizou a Alubar Metais e Cabos S/A (fornecedor de cabos de alumínio) a contratar um hedge no “London Metal Exchange”, de modo a assegurar uma determinada cotação no LME Hedge para os Cabos de Alumínio Acar 950 a serem fornecidos pela própria Alubar.

Notas Explicativas

Com o objetivo de garantir o pronto e integral pagamento de todos os valores referentes ao hedge e que são devidos pela TNE à Alubar, ficou definido que a TNE deveria constituir em favor da Alubar uma garantia consistente em depósito em R$, suficiente para fazer frente ao valor de exposição do hedge. Em 30 de junho de 2012, a exposição do hedge era de aproximadamente R$6.300, e garantia constituída pela TNE era de aproximadamente R$7.600, sendo assim a TNE possuía um saldo a receber da Alubar de aproximadamente R$1.300. O acordo entre as partes prevê que a Alubar deveria devolver para a TNE a garantia excedente constituída.

21.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	30/06/2012
Aplicações Financeiras	605.951

	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
	CDI	4,00	6,00	8,00	10,00	12,00

Operação	Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações Financeiras	CDI	24.238	36.357	48.476	60.595	72.714

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Taxa de Juros a.a.		Posição em 30.06.2012 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Alupar - consolidado								
CDI				**4,00%**	**6,00%**	**8,00%**	**10,00%**	**12,00%**
	CDI +	1,30%	511.371	27.369	37.729	48.089	58.450	68.810
	CDI +	1,45%	150.000	8.262	11.306	14.349	17.393	20.436
	CDI +	1,50%	95.000	5.282	7.210	9.139	11.068	12.996
	CDI +	1,85%	150.000	8.886	11.942	14.997	18.053	21.108
	CDI +	0,00%	416.027	16.641	24.962	33.282	41.603	49.923
MOEDA ESTRANGEIRA - US$				**1,01**	**1,52**	**2,02**	**2,53**	**3,03**
	Var. do US$ +	4,00%	2.605	(999)	(144)	711	1.566	2.421
	Var. do US$ +	4,50%	5.037	(1.941)	(280)	1.382	3.043	4.704
	Var. do US$ +	5,00%	4.820	(1.866)	(269)	1.329	2.926	4.523
	Var. do US$ +	5,50%	2.614	(1.017)	(147)	724	1.594	2.465
IGP-M				**2,59%**	**3,88%**	**5,17%**	**6,46%**	**7,76%**
	IGP-M +	9,85%	6.092	773	860	946	1.033	1.119
TJLP				**2,85%**	**4,28%**	**5,70%**	**7,13%**	**8,55%**
	TJLP +	2,22%	267.916	13.753	17.655	21.558	25.461	29.363
	TJLP +	2,37%	25.940	1.372	1.750	2.128	2.507	2.885
	TJLP +	2,41%	87.646	4.670	5.949	7.228	8.508	9.787
	TJLP +	2,44%	229.574	12.304	15.655	19.007	22.358	25.709
	TJLP +	2,56%	141.593	7.763	9.833	11.902	13.972	16.041
	TJLP +	3,17%	159.047	9.718	12.057	14.395	16.733	19.071
	TJLP +	3,60%	39.594	2.594	3.179	3.763	4.348	4.933
	TJLP +	3,90%	1.321	91	110	130	149	169
	TJLP +	4,00%	11.200	780	946	1.112	1.278	1.444
	TJLP +	4,50%	15.112	1.130	1.355	1.580	1.805	2.030
	TJLP +	4,55%	38.308	2.884	3.455	4.026	4.597	5.167
	TJLP +	5,50%	36.698	3.122	3.674	4.225	4.777	5.329
IPCA				**2,75%**	**4,13%**	**5,50%**	**6,88%**	**8,25%**
	IPCA +	7,80%	300.000	31.760	35.940	40.120	44.300	48.480
		Total	**2.697.515**	**153.332**	**204.727**	**256.123**	**307.518**	**358.914**

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos.

21.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

21.6.1 Riscos de mercado

As controladas Foz do Rio Claro, Ijuí, Lavrinhas e Queluz possuem risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

Notas Explicativas

21.6.2 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

21.6.3 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

21.6.4 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a da perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

21.6.5 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

21.6.6 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Notas Explicativas

21.6.7 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

22. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Notas Explicativas

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Demonstração do resultado segregado por atividade 30/06/2012				
	Transmissão	Geração	Holding	Eliminação	Total
Receita operacional líquida	**574.181**	**78.714**	**-**	**(31.384)**	**621.511**
Custo dos serviços prestados	(28.875)	(4.550)	-	1.303	(32.122)
Compra de Energia	-	(21.415)	-	-	(21.415)
Custo de construção	(83.085)	-	-	14.991	(68.094)
Depreciação / Amortização	(634)	(15.478)	-	1	(16.111)
	(112.594)	**(41.443)**	**-**	**16.295**	**(137.742)**
Lucro bruto	**461.587**	**37.271**	**-**	**(15.089)**	**483.769**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(6.605)	(12.897)	(4.450)	475	(23.477)
Pessoal	(5.872)	(4.312)	(4.330)	160	(14.354)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(3.576)	(791)	(4.769)	145	(8.991)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(244)	-	-	(244)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(2.303)	(149)	-	28	(2.424)
Despesas financeiras	(76.429)	(29.187)	(32.152)	5.667	(132.101)
Encargos e variações monetárias sobre empr. e financ.	(72.252)	(28.962)	(30.858)	5.632	(126.440)
Variações Cambiais	(359)	-	-	22	(337)
Outras	(3.818)	(225)	(1.294)	13	(5.324)
Receitas financeiras	6.989	990	14.306	(252)	22.033
Receitas de aplicações financeiras	6.964	978	12.289	(257)	19.974
Outras	25	12	2.017	5	2.059
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	159.815	(159.815)	-
Outras receitas	-	8	85	-	93
Outras despesas	-	-	(1.095)	-	(1.095)
	(87.796)	**(46.582)**	**127.410**	**(153.592)**	**(160.560)**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	**373.791**	**(9.311)**	**127.410**	**(168.681)**	**323.209**
Imposto de renda	(18.014)	(765)	-	315	(18.464)
Contribuição social	(20.632)	(402)	-	167	(20.867)
Imposto de renda diferido	(8.109)	-	-	216	(7.893)
Contribuição social diferidos	(5.845)	-	-	100	(5.745)
	(52.600)	**(1.167)**	**-**	**798**	**(52.969)**
Lucro antes da participação de não controladores	**321.191**	**(10.478)**	**127.410**	**(167.883)**	**270.240**
Participação de não controladores	-	-	-	(151.563)	(151.563)
Lucro Líquido do período	**321.191**	**(10.478)**	**127.410**	**(319.446)**	**118.677**

23. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

Notas Explicativas

24. Compromissos

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Companhia e a Guarupart firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda. (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;

- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;

- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;

- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e

- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Notas Explicativas

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses, juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

O primeiro lote de ações foi adquirido pela Companhia na data de 11 de novembro de 2011.

25. Seguros

A companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 30 de junho de 2012 estão assim distribuídos:

Risco	Importância segurada	Prêmio
Compreensivo empresarial (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	636.525	1.200
Responsabilidade civil	27.500	125
Responsabilidade civil - administradores	12.000	33
Total	676.025	1.358

Notas Explicativas

26. Revisão tarifária das transmissoras

Os contratos de concessão, assinados pelas distribuidoras com a União - representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - estabelecem a composição das tarifas e as fórmulas dos reajustes anuais e exigem revisões tarifárias periódicas.

A revisão tarifária periódica tem o objetivo de promover o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes que prestam serviços de energia. Na data de "aniversário" do contrato de concessão, ocorre o reajuste anual, que objetiva repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Abaixo segue quadro da Receita Anual Permitida (RAP) das empresas operacionais do grupo:

Empresa	RAP Ciclo 2011/2012	RAP Ciclo 2012/2013
Companhia Transirapé de Transmissão	15.747	16.767
Companhia Transleste de Transmissão	29.087	30.326
Companhia Transudeste de Transmissão	18.028	18.797
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	306.679	319.748
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	67.724	70.610
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	11.144	11.132
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	160.475	167.314
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	69.869	72.847
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	28.359	29.568
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	18.975	19.783
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	27.989	30.056
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	128.399	133.871
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A	9.568	10.046
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	31.801	33.388
Empresa De Transmissão de Varzea Grande S.A	Não publicado	3.398

27. Eventos Subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Ferreira Gomes:

A Companhia adiantou R$ 48.000 a titulo de adiantamento para futuro aumento de capital à controlada Ferreira Gomes, sendo que o montante de R$ 35.000 foi integralizado ao capital da controlada Ferreira Gomes em 27 de abril de 2012.

Notas Explicativas

Captação de Empréstimos e financiamentos

Ferreira Gomes:

Nos dias 18 de julho de 2012 e 06 de agosto de 2012, a controlada Ferreira Gomes liquidou os empréstimos com o Banco BTG Pactual no montante de R$ 40.000, e com o Banco Santander no montante de R$ 55.000, respectivamente.

No dia 30 de julho de 2012 a Companhia realizou aditivo com o Banco Sumitomo para prorrogar o vencimento do empréstimo para o dia 01 de outubro de 2012, sendo alterado também os encargos para 118% do CDI.

ESDE

No 3º trimestre de 2012, a controlada ESDE captou junto ao Banco Itaú BBA S.A. três empréstimos, totalizando o montante de R$ 17.900, conforme características abaixo:

- Contrato no montante de R$ 400, captado em 07 de agosto de 2012, cuja remuneração é de 100% do CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 05 de novembro de 2012;

- Contrato no montante de R$ 14.500, captado em 10 de agosto de 2012, cuja remuneração é de 100% CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 08 de novembro de 2012; e

Contrato no montante de R$ 3.000, captado em 04 de setembro de 2012, cuja remuneração é de 100% CDI+0,97% a.a. de spread, com vencimento em 04 de dezembro de 2012.

ERTE

No dia 26 de setembro de 2012 a controlada ERTE celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$ 2.000, cuja remuneração é TJLP + 1,97% a.a. de spread, com vencimento em 15 de outubro de 2026.

Notas Explicativas

Ferreira Gomes

Em 26 de setembro de 2012 a controlada Ferreira Gomes celebrou contrato de financiamento de curto-prazo junto ao BNDES. O crédito total disponível no contrato é de R$ 121.724 que tem sua liberação condicionada a comprovação dos investimentos da controlada Ferreira Gomes. Os juros contratados são de 2,4 % a.a. acima da TJLP a serem capitalizados trimestralmente. O principal da dívida deverá ser pago ao BNDES em prestação única, no valor do principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de abril de 2013 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à beneficiária por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Como garantia, é dada carta fiança prestada por instituição financeira. Em 26 de outubro de 2012 o BNDES liberou o montante de R$ 110.680.

Reajuste tarifário - Transmissoras

Em 29 de junho de 2013, foi aprovada a Resolução Homologatória nº 1.559, que estabelece o reajuste tarifário das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Abaixo segue quadro da Receita Anual Permitida (RAP) reajustada para o ciclo 2013/2014 das empresas operacionais do grupo:

Empresa	RAP Ciclo 2012/2013	RAP Ciclo 2013/2014
Companhia Transirapé de Transmissão	16.767	17.810
Companhia Transleste de Transmissão	30.326	32.212
Companhia Transudeste de Transmissão	18.797	19.965
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	319.748	339.626
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	70.610	75.000
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	11.132	11.856
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	167.314	177.716
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	72.847	77.376
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29.568	39.892
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	19.783	21.013
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30.056	32.009
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	133.871	142.193
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A	10.046	10.699
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	33.388	35.559
Empresa De Transmissão de Varzea Grande S.A	3.398	3.619
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	33.148	36.698
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	-	5.396

Medida Provisória 579/2012

A Administração avaliou as medidas introduzidas pela MP 579/2012 emitida em 11 de setembro de 2012 e concluiu que não há impacto nas empresas do grupo.

Notas Explicativas

Aquisição de participação da Transchile

Alupar:

A Transchile é uma sociedade anônima constituída e vigente de acordo com a legislação da República do Chile, tendo por atividade a transmissão de energia elétrica.

Com o objetivo de financiar a construção do Projeto, a Transchile e o Banco Internacional de Desenvolvimento ("BID"), celebraram um contrato de empréstimo até o montante de US$ 51.014.000,00.

Em 28 de dezembro de 2007 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica ("Cia. Técnica"), tendo por objetivo a aquisição da totalidade de ações detidas pela Cia. Técnica e de emissão da Transchile, equivalente a 51% da participação acionária desta empresa. O referido contrato foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, estando sua implementação condicionada única e exclusivamente à: (i) anuência prévia dos agentes financiadores do Projeto: (ii) estar a linha de transmissão em operação comercial; e (iii) anuência prévia da SEC "Superintendencia de Electricidad y Combustibles", se necessário. O preço de compra das ações detidas pela Cia. Técnica, a ser pago pela Companhia, seria o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital pela Cia. Técnica, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica foi incorporada pela Guarupart, passando esta empresa a ser a titular de todos os direitos e obrigações que correspondiam à Cia. Técnica no contrato de compra e venda de ações mencionado anteriormente.

Considerando que a Linha de Transmissão já se encontra em operação, as partes passaram a aguardar a anuência da transação de compra e venda das ações perante o BID.

Em 30 de junho de 2012, a participação acionária da Transchile estava disposta da seguinte forma: (i) Guarupart Participações Ltda. com 51% de participação acionária; (ii) Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, com 49% de participação acionária. Cabe ressaltar que atualmente a Guarupart é controladora da Companhia.

Em 03 de setembro de 2012, o BID deu anuência para que a transação de compra e venda de ações entre a Companhia e a Guarupart fosse efetuado. A anuência permitiu que a transação fosse efetuada com data retroativa de junho de 2012, sendo assim, a Companhia efetuou a compra de 28.767.708 ações ordinárias da Trasnchile, equivalente a 51% de sua participação acionária, e que eram de titularidade da Guarupart. Em setembro de 2012, a aquisição foi efetivada pelo montante de R$69.750, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R$11.455.

Notas Explicativas

Aquisição de participação Queluz e Lavrinhas

Em 08 de outubro de 2012 a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS nas controladas Usina Paulista Queluz de Energia S/A ("Queluz") e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A ("Lavrinhas"), mediante Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes, na qual a Companhia adquiriu 4.517.310 ações na Queluz, no montante de R$6.528, e 4.380.836 ações na Lavrinhas, no montante de R$7.168.

Aquisição de participação ETEM

Em 18 de janeiro de 2013, mediante "Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito" celebrado entre a Alupar (Cessionário) e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. (Cedente), ocorreu a cessão por parte da Bimetal Indústria Metalúrigca Ltda. de 868.900 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social, a título gratuito, da controlada Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM. Dessa modo, a Companhia passou a deter 26.172.251 ações ordinárias correspondendo a 62,06% do capital social.

Liberação de parcela de financiamento

Em 29 de janeiro de 2013 houve liberação da parcela remanescente no montante de R$ 11.044 do contrato de financiamento, celebrado no dia 26 de setembro de 2012 pela controlada Ferreira Gomes, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 121.724, cuja liberação do montante de R$ 110.680 já havia ocorrido em outubro de 2012.

Aumento do capital social

No dia 22 de abril de 2013, ocorreu a reunião do Conselho de Administração da Companhia, no qual foi deliberado e aprovado o seguinte:

a) aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 740.000 mediante a emissão de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, representadas por certificados de depósito de ações ("Units"), sendo que cada Unit representa 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, e a quantidade de Units a serem emitidas, para distribuição pública, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a serem emitidas dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia;

Notas Explicativas

b) a fixação do preço de emissão das Units e a justificativa do critério de fixação do preço;

c) a forma de integralização e colocação das Units;

d) a determinação dos direitos a serem conferidos aos titulares das novas ações ordinárias e preferenciais subjacentes às Units;

e) a outorga pela Companhia ao Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") de opção de compra de Units da Companhia no montante de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Units inicialmente ofertada, correspondentes a 6.000.000 Units, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Units inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (conforme definida no item 5, (i) abaixo), nos termos do artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("CVM", "Instrução CVM 400" e "Opção de Units Suplementares", respectivamente);

f) documentos relativos à Oferta: (a) Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Início"), (b) Anúncio de Encerramento, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Encerramento"), (c) boletim de subscrição, a ser firmado por investidores institucionais ("Boletim de Subscrição"), (d) Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Units da Alupar Investimento S.A. ("Prospecto Definitivo"), (e) Formulário de Referência, produzido nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência"); e (f) *Final Offering Memorandum*;

g) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários, bem como assinar os contratos relacionados à consecução do aumento de capital mediante distribuição pública referido no item (a) acima; e

h) a destinação dos recursos provenientes da Oferta.

Empréstimos e financiamentos

No dia 15 de abril de 2013 a controlada Ferreira Gomes captou juntou ao BNDES o montante de R$ 336.000. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C); 2,50% ao ano fixo (referente ao subcrédito D); TJLP (referente ao subcrédito E), com vencimentos em 15 de abril de 2031 (referente aos subcréditos A, B, C e E) e em 15 de dezembro de 2022 para o subcrédito D.

Notas Explicativas

Os pagamentos a título de empréstimos, financiamentos e debêntures efetuados pela controlada Ferreira Gomes após o trimestre findo em 31 de março de 2013, são conforme segue:

Instituições financeiras / credores	Data	Valor do principal	Valor dos juros
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	15-abr-13	121.724	4.084
1º Emissão de debêntures	16-abr-13	150.000	20.259
2º Emissão de debêntures	16-abr-13	53.000	8.089
Cédula de Crédito Bancário - Itaú	17-abr-13	40.000	221
	Total	**364.724**	**32.653**

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumentam de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Ferreira Gomes Energia S.A	29-jan-13	40.000
Ferreira Gomes Energia S.A	15-abr-13	65.000
ACE Comercializadora Ltda	18-abr-13	200
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	19-abr-13	343
Ferreira Gomes Energia S.A	29-abr-13	30.000
Ferreira Gomes Energia S.A	2-mai-13	8.000
Ferreira Gomes Energia S.A	7-mai-13	6.000
Empresa De Transmissão de Varzea Grande S.A	21-mai-13	202
Ferreira Gomes Energia S.A	21-mai-13	30.000
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	24-mai-13	257
Ferreira Gomes Energia S.A	28-mai-13	10.000
Ferreira Gomes Energia S.A	4-jun-13	10.000
Ferreira Gomes Energia S.A	20-jun-13	3.000
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	25-jun-13	777
ACE Comercializadora Ltda	25-jun-13	200
Energia dos Ventos I S.A.	27-jun-13	169
Energia dos Ventos II S.A.	27-jun-13	123
Energia dos Ventos III S.A.	27-jun-13	158
Energia dos Ventos IV S.A.	27-jun-13	184
Energia dos Ventos V S.A.	27-jun-13	153
Energia dos Ventos VI S.A.	27-jun-13	153
Energia dos Ventos VII S.A.	27-jun-13	179
Energia dos Ventos VIII S.A.	27-jun-13	133
Energia dos Ventos IX S.A.	27-jun-13	158
Energia dos Ventos X S.A.	27-jun-13	148
Ferreira Gomes Energia S.A	8-ago-13	5.000
	Total	**210.537**

Notas Explicativas

Integralização de capital

Mediante Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2013 foi aprovada a integralização de capital na controlada ETVG no montante de R$ 202.

Por meio da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2013 foi aprovada a integralização de capital na controlada Ferreira Gomes no montante de R$ 148.000.

Implantação de reforços em instalações de transmissão

Em 09 de maio de 2013, a Companhia comunicou ao mercado, que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 4.069, autorizou a controlada Transirapé, a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, estabelecendo os valores das parcelas da Receita Anual Permitida – RAP de R$ 3.310 para os reforços na Subestação Irapé e de R$ 2.141 para os reforços na Subestação Araçuaí 2.

Modificação da licença ambiental da PCH Morro Azul

Em 09 de maio de 2013, a Companhia comunicou ao mercado, que naquela data, foi assinada modificação da licença ambiental da PCH Morro Azul, cuja licença de exploração é detida pela controlada Risaralda Energia S.A.S. E.S.P.. A modificação reflete alterações no projeto inicial da PCH, de maneira que a potência instalada efetiva que era de 16 MW, passa a ser de 19,9 MW e a energia média, que era de 84.096 MWh passa a ser de 120.947 MWh.

Aquisição de participação Transleste, Transirapé e Transudeste

A controlada EATE celebrou, em 08 de agosto de 2013, Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”), com a empresa Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. (“Orteng”), para aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente à 10% (dez por cento) no capital social em cada uma das seguintes empresas: (i) Companhia Transleste de Transmissão, (ii) Companhia Transirapé de Transmissão e (iii) Companhia Transudeste de Transmissão.

O preço da transação foi definido em R$ 34.100, montante este corrigido pela SELIC desde 31/12/2012, dos quais serão descontados pagamentos de proventos efetuados pelas respectivas Transmissoras à Orteng a partir de 31/12/2012, tais como declaração e/ou distribuição e/ou pagamento de dividendos, declaração e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, redução de capital, acordos com e/ou pagamentos a partes relacionadas, além dos valores dos dividendos referentes aos exercícios de 2011 que foram pagos em 2013, bem como os dividendos do exercício de 2012, que foram pagos a partir de 2013, inclusive.

Notas Explicativas

"A efetivação da transferência está sujeita à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de Bancos Financiadores, e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e de outras condições previstas no Contrato."

Em função da aprovação da transação estar ainda sob análise da ANEEL, de Banco Fiadores e do CADE, a Companhia entende que os impactos advindos dessa operação somente será registrada assim que houver a homologação das partes mencionadas acima.

Custeio das Usinas Termelétricas

Em 06 de março de 2013, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez publicar a Resolução nº 03/2013, que (i) estabelece diretrizes para a internalização de mecanismo de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço e (ii) permite ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE despachar Usinas Termelétricas – UTEs fora da ordem de mérito econômico. De acordo com esta Resolução CNPE 03/13, parte significativa do custeio das UTEs recairá sobre as geradores hidrelétricas, seja no período transitório (até a homologação dos novos programas computacionais) ou no período permanente. Atualmente o rateio dos custos de despacho das UTEs prevista na Resolução do CNPE 03/13 está suspensa para alguns agentes (incluindo geradoras da Companhia) com amparo em decisões Liminares de ações ajuizadas por associações que representam tais agentes. Em 7 de agosto de 2013, a Liminar que amparava a suspensão do rateio dos custos de despacho das UTEs foi suspensa. O custo a ser registrado nas geradoras da Companhia é no montante de R$ 1.826.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de agosto de 2012, emitimos relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Alupar Investimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, sem modificações, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota explicativa 2, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar e alterar determinados itens, de modo que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações e alterações. Essas modificações, com as quais concordamos, não requerem modificações em nosso relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, emitidas anteriormente.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas

informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as InformaçõesTrimestrais - ITR para o semestre findo em 30.06.2012.

_____
José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro

_____
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

_____
Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

_____
Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o semestre findo em 30.06.2012.

_____
José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro

_____
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

_____
Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

_____
Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor de Relações com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Conforme descrito na nota explicativa nº 2 das informações trimestrais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, a Companhia efetuou a reapresentação dos saldos dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito abaixo, a reapresentação foi efetuada devido: 1) Ajustes efetuados nas seguintes rubricas do balanço e resultado: • Tributos e contribuições sociais diferidos • Imobilizado e investimento • Provisão de constituição dos ativos • Custos dos serviços prestados • Outras despesas 2) Consolidação proporcional ECTE: a controlada ECTE foi consolidada proporcionalmente no semestre findo em 30 de junho de 2012, sendo que após reanalise do critério de consolidação da Administração da Companhia, concluiu-se que a controlada ECTE deveria ser deveria ser consolidada de forma integral.